



PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO

Protocolo : 01-029453/2023

Data Cadastro : 07/02/2023 11:52:02

Pessoa : FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE - FEAS

E-mail: julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br

Telefone: 3316-5911

CPF/CNPJ : 14.814.139/0001-83

Assunto : 6563 - LICITAÇÃO / e-PROTOCOLO

Documento Original :

Código T.T.D. : 00-03-04 - ADMINISTRAÇÃO GERAL - AQUISIÇÃO

Unidade Administrativa :

Inscrição Imobiliária / Indicação Fiscal :

Observações :

Esse documento é regulamentado pelo Decreto Municipal nº. 848 de 15 de agosto de 2018, que visa: promover a utilização de meios eletrônicos para a realização dos processos administrativos com segurança, transparência e economicidade; ampliar a sustentabilidade ambiental com o uso da tecnologia da informação e comunicação; e facilitar o acesso dos cidadãos e da Administração às informações das diversas instâncias administrativas.

Obs: Para informações a respeito do andamento deste protocolo é possível a consulta no site:

[HTTP://CONSULTAPROTOCOLO.CURITIBA.PR.GOV.BR](http://CONSULTAPROTOCOLO.CURITIBA.PR.GOV.BR)

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:12



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Cadastro dos documentos iniciais do processo.

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

- 1.1 - JUSTIFICATIVA DEMANDA.PDF
- 1.2 - ETP1_2023_ASSINADO.PDF
- 1.3 - TERMO_REFERENCIA_COMPRAS_14-133_ASSINADO.PDF
- 1.4 - MINUTA_CONTRATO.PDF
- 1.5 - REFERENCIAL_DE_PRECOS_ASSINADO.PDF
- 1.6 - ATA CMJF DETALHE.PDF
- 1.7 - ATA CMJF.PDF
- 1.8 - ATA HUUFMS DETALHE.PDF
- 1.9 - ATA HUUFMS.PDF
- 1.10 - HOMOLOGAÇÃO CRMV SC.PDF
- 1.11 - DECLARACAO_DE_DISPONIBILIDADE_DE_RECursos_FINANCEIROS_ASSINADO.PDF

Curitiba , 07 de fevereiro de 2023 - 11:52:08

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/02/2023 às 09:55:12



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Vanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Justificativa da demanda

Vários setores da Feas fazem uso de monitor de vídeo extra e de leitor e gravador de CD/DVD. As principais atribuições são: comparação de documentos jurídicos, uso vertical do monitor para visualização integral de documentos, acesso remoto para suporte pela equipe de TI, transposição de agendas de exames e consultas pela equipe da Central de Imagens ao fazer uso simultâneo dos sistemas Tasy e E-Saúde, etc. Tal cenário vem ampliando-se devido a constante informatização dos setores e acesso a diversos sistemas e documentos simultaneamente.

Em obediência aos termos da lei 14.133/21 art. 6º, XIII¹, constata-se que os produtos a serem adquiridos são considerados bens comuns, uma vez que há a possibilidade de definição concisa e objetiva dos padrões de desempenho e qualidade a serem obedecidos pelos licitantes. Portanto, passível de disputa a partir da modalidade Pregão, conforme lei 14.133/2021, art. 6º, XLI².

Portanto, este pregão será do tipo menor preço, ou seja, o julgamento se dará pelo menor valor ofertado por item.

Por fim, considerando a legislação vigente este certame será exclusivo para disputa entre ME/EPP.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2023.

Tiago Cândido de Mello
Coordenador de TI

-
- 1 Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
- 2 XLI – pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Introdução

2.1. Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência. A estrutura deste documento encontra respaldo no arcabouço técnico legal acerca das contratações de serviços não continuados de natureza comum.

3. Motivação/Justificativa

Aquisição de monitores para microcomputadores institucionais para as atividades desta instituição que sejam necessários para substituir ou acrescentar os equipamentos existentes.

A aquisição destes equipamentos faz-se necessária em virtude da necessidade permanente de utilização de sistemas e meios de tecnológicos que permitam que os servidores de cargos estratégicos, destacados na gestão, devido às atribuições dos cargos, desenvolvam atividades de suas competências se beneficiando deste recurso tecnológicos, seja em reuniões ou outras demandas administrativas. A aquisição de telas monitores contribuirá com a facilitação do desenvolvimento das atividades relacionadas à missão institucional, em outras palavras, justifica-se tal despesa na necessidade de otimização das ações de administração.

Vários setores da Feas fazem uso de monitor de vídeo extra, e tais atividades vem se expandindo, em especial, pela constante informatização dos processos. As principais atribuições são: comparação de documentos jurídicos, uso vertical do monitor para visualização integral de documentos, acesso remoto para suporte pela equipe de TI, transposição de agendas de exames e consultas pela equipe da Central de Imagens ao fazer uso simultâneo dos sistemas Tasy e E-Saúde, etc.

4. Descrição da necessidade

ID	DESCRIÇÃO
1.	Aquisição de Monitores de Vídeo 21,5"

3.1 Identificação das necessidades de negócio

3.1.1. As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso. Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição daquela considerada mais adequadas tais objetivos organizacionais, conforme relação a seguir:

- Permitir a agregação de um volume significativo de demanda ao mercado fornecedor e, com isso, obter potencialmente melhores ofertas tanto em termos financeiros quanto técnicos;
- Assegurar que os equipamentos possuam uma garantia e suporte ao longo de sua vida útil;

c) Prover recursos computacionais necessários ao perfeito desenvolvimento das atividades laborais. Trata-se de recursos de hardware e software capazes de prover apoio à execução de tarefas de suporte, administração e gestão de atividades meio e fim relacionadas ao alcance mediato ou indireto do interesse público;

3.2. Identificação das necessidades tecnológicas

- a) Oferecer um desempenho computacional adequado aos aplicativos utilizados para realização de tarefas administrativas e finalísticas dos órgãos;
- b) Maximizar a eficiência energética dos recursos computacionais;
- c) Oferecer compatibilidade tecnológica;
- d) Observar os requisitos ambientais;
- e) Manter a compatibilidade das especificações com produtos na "fase de seleção e de menor custo", evitando-se aqueles situados nas "fase de lançamento" (últimos 6 meses) e "de substituição", conforme avaliação do ciclo de vida dos bens de tecnologia.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Administração Feas	Tiago Cândido de Mello

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI)

- Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas;
- Tipo LED, colorido;
- Ter no mínimo as conexões:
 - o 1x Display Port
 - o 1x HDMI
- Ter 21,5 polegadas ou mais;
- Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels;
- Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de $\pm 100/127$ a $\pm 208/220$ VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos;
- Cor predominante preta;
- Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento;
- Garantia: 1 ano.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Os produtos elencados atendem as necessidades descritas no item 2 deste estudo técnico. Foram observados os aspectos de viabilidade mercadológica, economicidade, eficácia, eficiência e padronização. As pesquisas de preços foram realizadas previamente, utilizando o sistema de pesquisa disponível no gov.br/compras, objetivando aproximar ao máximo ao valor de referência dos itens aqui presentes, tendo em vista o interesse público e o princípio da economicidade. Os resultados obtidos consistem em uma cesta de preços aceitáveis.

8. Descrição da solução como um todo

Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI)

- Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas;
- Tipo LED, colorido;
- Ter no mínimo as conexões:
 - o 1x Display Port
 - o 1x HDMI
- Ter 21,5 polegadas ou mais;
- Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels;
- Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de $\pm 100/127$ a $\pm 208/220$ VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos;
- Cor predominante preta;
- Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento;
- Garantia: 1 ano.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Levando em consideração a necessidade de equipamentos que necessitam de substituição, bem como uma margem para futuras trocas e ampliação, o número de equipamentos é o que segue:

11xx monitores.

10. Estimativa do Valor da Contratação

A pesquisa de preços preliminar foi realizada mediante o Painel de Preços, disponível no sistema gov.br/compras. Foram privilegiados os preços tendo em vista três aspectos essenciais: quantidade (aproximada à presente compra); tempo (preços mais recentes possíveis); e região (preços de regiões próximas ao nosso local de compra). Tal cenário buscou aproximar o máximo possível ao atual mercado.

ITEM	Descrição do Bem	Quantidade	Valor Unitário pesquisado 1	Valor Unitário pesquisado 2	Valor Unitário pesquisado 3	Média
1	Monitor de vídeo	11	R\$ 1.140,00	R\$ 980,00	1.200,00	R\$ 1.106,66
VALOR TOTAL						R\$ 12.173,26

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se de um item somente a ser adquirido por um único fornecedor, trazendo economicidade e vantajosidade quanto a gestão do contrato.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não serão necessárias contratações correlatadas ou interdependentes.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição está alinhada aos planos estratégicos da instituição, em especial a informatização dos processos, trazendo eficiência à gestão e ao desenvolvimento dos trabalhos.

14. Resultados Pretendidos

14.1. A aquisição das telas monitores trará melhores condições para as atividades de gestão, bem como maior eficiência para os trabalhos realizados nos setores administrativos.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Todas as providências cabíveis, como capacitação de servidores e adequação da infraestrutura estão previstas no objeto do presente estudo, motivo pelo qual se dispensa quaisquer demais providências.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto acima, a contratação é viável, gera economicidade, eficiência e desenvolvimento da gestão.

18. Responsáveis

TIAGO CANDIDO DE MELLO

Coordenador de TI

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Pesquisa de preços.pdf (187.32 KB)

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:12

Anexo I - Pesquisa de preços.pdf

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JUANNO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:12



Relatório de Pesquisa de Preço

Ministério da Economia

Relatório Detalhado

Informações básicas

Número da cotação	Título	Editado por	Status
1/2023	Aquisição de monitores de video 21,5 polegadas (Display Port + HDMI)	JULIANO EUGENIO DA SILVA	Concluída
Observações			
• Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas; • Tipo LED, colorido; • Ter no mínimo as conexões: o 1x Display Port o 1x HDMI • Ter 21,5 polegadas ou mais; • Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels; • Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de ±100/127 a ±208/220 VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos; • Cor predominante preta; • Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão			
Total de itens cotados	Fonte dos itens		
1	Catálogo Compras.gov.br		

Itens cotados

Item-1

Descrição do item	Consolidação dos preços cotados				
		Menor	Maior	Media	Mediana
Monitor Computador Tamanho Tela: Até 22 POL, Tipo De Tela: Led , Formato Tela: Widescreen , Qualidade De Imagem: Full Hd , Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display , Alimentação: Bivolt , Garantia On Site: 12 MESE	Compras.gov.br	R\$ 380,0000	R\$ 1.650,0000	R\$ 817,9918	R\$ 782,5000
Unidade	Quantidade				
Fornecimento	20				
Unidade					

Fonte de cotação Compras.gov.br

Total de cotações para essa fonte: 50

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
1	COMANDO DO EXERCITO	13	R\$ 749,0000	25/01/2023	Sim
<div><div>Id da Compra</div><div>16037605000092022</div><div>Nº do Item</div><div>62</div><div>Comprado em</div><div>23/01/2023</div><div>UASG</div><div>160376</div><div>Forma</div><div>SISRP</div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de informática.</div></div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div>Fornecedor</div><div>VENGOV PRODUTOS E SERVICOS LTDA</div><div>Marca</div><div>SIMILAR 1 QUALIDADE</div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
2	COMANDO DO EXERCITO	20	R\$ 640,0000	25/01/2023	Sim
<div><div>Id da Compra</div><div>16037605000092022</div><div>Nº do Item</div><div>10</div><div>Comprado em</div><div>23/01/2023</div><div>UASG</div><div>160376</div><div>Forma</div><div>SISRP</div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de informática.</div></div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div>Fornecedor</div><div>GRIEBLER E GRIEBLER LTDA</div><div>Marca</div><div>HQ</div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
3	CONSELHO REG. DE MEDICINA VETERINÁRIA DE SC	48	R\$ 1.140,0000	25/01/2023	Sim
<div><div>Id da Compra</div><div>38918705000072024</div><div>Nº do Item</div><div>2</div><div>Comprado em</div><div>19/01/2023</div><div>UASG</div><div>389187</div><div>Forma</div><div>SISPP</div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos de informática (Microcomputadores, Monitores, Scanners e Webcams)</div></div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div>Fornecedor</div><div>REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA</div><div>Marca</div><div>AOC</div><div>Acesse o Edital</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
4	COMANDO DA MARINHA	35	R\$ 645,0000	25/01/2023	Sim
<div><div>Id da Compra</div><div>76420005000032020</div><div>Nº do Item</div><div>5</div><div>Comprado em</div><div>18/01/2023</div><div>UASG</div><div>764200</div><div>Forma</div><div>SISRP</div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Objeto a eventualaquisição de bens de informática e peças de reposição para as manutenções preventivas e corretivas do parque computacional, visando atender o Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha (SVPM).</div></div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div>Fornecedor</div><div>REINALDO LEITE DE ALBUQUERQUE JUNIOR</div><div>Marca</div><div>HQ</div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
5	COMANDO DA MARINHA	105	R\$ 639,9000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>76420005000032020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>4</div></div><div><div>Comprado em</div><div>18/01/2023</div></div><div><div>UASG</div><div>764200</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Objeto a eventualaquisição de bens de informática e peças de reposição para as manutenções preventivas e corretivas do parque computacional, visando atender o Serviço de Veteranos e Pensionistas da Marinha (SVPM).</div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div><div>Fornecedor</div><div>WM SOLUTIONS COMERCIO ATACADISTA LTDA</div><div><div>Marca</div><div>PCFort</div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
6	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	40	R\$ 540,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>92851705000392020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>1</div></div><div><div>Comprado em</div><div>10/01/2023</div></div><div><div>UASG</div><div>928517</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Escolha da proposta mais vantajosa para eventual aquisição de monitores para computadores, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação deRio das Flores.</div> <div><div>Esfera</div><div>Estadual</div><div><div>Fornecedor</div><div>C E PATRASSO</div><div><div>Marca</div><div>BRAZILPC</div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
7	COMANDO DO EXERCITO	128	R\$ 1.200,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>16011005000032022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>14</div></div><div><div>Comprado em</div><div>05/01/2023</div></div><div><div>UASG</div><div>160110</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material permanente de informática e Material e equipamentos energéticos (estabilizador de voltagem e No-Break) a fim de atender o Colégio Militar de Juiz de Fora (CMJF) (Unidade Gestora), e Unidades integrantes do GCALC/CMDO 4ª Bda Inf L (Mth).</div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div><div>Fornecedor</div><div>REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA</div><div><div>Marca</div><div>AOC</div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
8	EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES	50	R\$ 980,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>15512505001502022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>25</div></div><div><div>Comprado em</div><div>04/01/2023</div></div><div><div>UASG</div><div>155125</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de manutenção de equipamentos de TI - Tecnologia da Informação, de forma a abastecer o Setor de Tecnologia da Informação e Saúde Digital (SETISD) do HUSM-UFSM. Assim, o SETISD terá meios adequados e necessários para manutenção dos ativos de TI em uso no HUSM</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>AOC</div></div><div><div>Acesse a Ata</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
9	CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA 3 REGIAO RS/SC	8	R\$ 512,5000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>92663005000052020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>2</div></div><div><div>Comprado em</div><div>19/12/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>926630</div></div><div><div>Forma</div><div>SISPP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos de informática.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>SOYO</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
10	COMANDO DO EXERCITO	38	R\$ 499,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>16036705000052022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>44</div></div><div><div>Comprado em</div><div>16/12/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>160367</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto é a eventual e futura aquisição de material de consumo e permanente PE 05/2022.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>BERGAMO & CAVALCANTE INFORMATICA LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>SOYO</div></div><div><div>Acesse a Ata</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
11	COMANDO DO EXERCITO	98	R\$ 648,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>16047905000042022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>375</div></div><div><div>Comprado em</div><div>15/12/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>160479</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de infraestrutura de hardware visando atender as necessidades de tecnologia da informação e comunicação das OMDS do Forte Santa Bárbara.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>CROMA EQUIPAMENTOS E SERVICOS EIRELI</div></div><div><div>Marca</div><div>BRAZIL PC</div></div><div><div>Acesse a Ata</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
12	JUSTICA ELEITORAL	21	R\$ 894,7600	25/01/2023	Sim
<div><div><div><div><div>Id da Compra</div><div>7001505000542022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>2</div></div><div><div>Comprado em</div><div>12/12/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>70015</div></div><div><div>Forma</div><div>SISPP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div><div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de monitores de vídeo.</div></div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div><div>Fornecedor</div><div>JOELMA PEREIRA DA SILVA 01708529705</div></div><div><div>Marca</div><div>Concórdia</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
13	JUSTICA ELEITORAL	65	R\$ 914,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div><div><div>Id da Compra</div><div>7001505000542022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>1</div></div><div><div>Comprado em</div><div>12/12/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>70015</div></div><div><div>Forma</div><div>SISPP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div><div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de monitores de vídeo.</div></div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div><div>Fornecedor</div><div>I9 PARTNERS - TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>LG</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
14	COMANDO DO EXERCITO	10	R\$ 765,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div><div><div>Id da Compra</div><div>16047705000102022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>38</div></div><div><div>Comprado em</div><div>08/12/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>160477</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div><div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Eventuais aquisições de Material Permanente e Consumo.</div></div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div><div>Fornecedor</div><div>CONCEPT SERVICOS DE INSTALACOES ELETRICAS EIRELI</div></div><div><div>Marca</div><div>BLUE</div></div><div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
15	ESTADO DO PARANA	10	R\$ 800,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div><div><div>Id da Compra</div><div>92900205000292020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>7</div></div><div><div>Comprado em</div><div>08/12/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>929002</div></div><div><div>Forma</div><div>SISPP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div><div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos de informática para o Instituto Curitiba de Saúde - ICS.</div></div><div><div>Esfera</div><div>Estadual</div><div><div>Fornecedor</div><div>V.A.S INFORMATICA LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>CONCORDIA</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
16	ESTADO DO PARANA	373	R\$ 817,5000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>92609705018862020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>4</div></div><div><div>Comprado em</div><div>07/12/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>926097</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura de equipamentos de informática</div></div> <div><div>Esfera</div><div>Fornecedor</div><div>Estadual</div><div>SENSUS X TECNOLOGIA S.A</div><div>Marca</div><div>BRAZIL PC</div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
17	ESTADO DO PARANA	12	R\$ 396,6600	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>98768905000862020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>7</div></div><div><div>Comprado em</div><div>05/12/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>987689</div></div><div><div>Forma</div><div>SISPP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços, destinado a aquisição de Equipamentos de Informática, para atender as necessidades das Secretarias e Divisões do Município de Mariluz, conforme descrição contida no termo de referência e no edital.</div></div> <div><div>Esfera</div><div>Fornecedor</div><div>Estadual</div><div>INFATEC COMPUTADORES LTDA</div><div>Marca</div><div>HQ</div><div>Acesse o Edital</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
18	COMANDO DO EXERCITO	12	R\$ 1.409,7900	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>16001706000622022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>1</div></div><div><div>Comprado em</div><div>02/12/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>160017</div></div><div><div>Forma</div><div>SISPP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Dispensa</div></div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Aquisição de monitores 22 Pol</div></div> <div><div>Esfera</div><div>Fornecedor</div><div>Federal</div><div>DLB COMERCIO DE PRODUTOS DE INFORMATICA EIRELI</div><div>Marca</div><div>MONITOR</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
19	ESTADO DA BAHIA	30	R\$ 380,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>98326705000242020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>48</div></div><div><div>Comprado em</div><div>22/11/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>983267</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMATICA, para atender as necessidades das diversas Secretarias que compõem essa Administração Municipal, conforme informações constantes deste Edital e seus anexos.</div></div> <div><div>Esfera</div><div>Fornecedor</div><div>Estadual</div><div>MARAISA DOS SANTOS SOUZA</div><div>Marca</div><div>HP</div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
20	DISTRITO FEDERAL	30	R\$ 599,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>92616705000162020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>3</div></div><div><div>Comprado em</div><div>22/11/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>926167</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para a aquisição de computadores, monitores, notebook, Tablet, Switch Layer 2 e 3, Storage eServidor para suprir o retorno ao trabalho presencial dos empregados e novas contratações.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Estadual</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>LUMI COMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>BRX</div></div><div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
21	ESTADO DO PARA	6	R\$ 1170,6666	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>92907205000032020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>3</div></div><div><div>Comprado em</div><div>22/11/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>929072</div></div><div><div>Forma</div><div>SISPP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos de Tecnologia da Informação Computadores, Notebooks e Monitores</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Estadual</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>ESFERA PRESTACAO DE SERVICOS E COMERCIO LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>LG</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
22	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.BAIANO	80	R\$ 750,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>15843505000032022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>3</div></div><div><div>Comprado em</div><div>21/11/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>158435</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Equipamentos de Informática.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>TECHNIKEN TECNOLOGIA LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>PHILIPS</div></div><div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
23	CONSELHO REGIONAL DE FAMÁCIA - MS	2	R\$ 1.010,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>38944905000052024</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>3</div></div><div><div>Comprado em</div><div>10/11/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>389449</div></div><div><div>Forma</div><div>SISPP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>INFO 16 COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA EIRELI</div></div><div><div>Marca</div><div>LENOVO</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
24	COMANDO DO EXERCITO	15	R\$ 908,9300	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>16001605000122022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>63</div></div><div><div>Comprado em</div><div>01/11/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>160016</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de Material permanente de informática e licenças para o Comando Militar da Amazônia, Organizações Militares Vinculadas e Órgãos Participantes.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>G C E SILVA COMERCIO DE INFORMATICA</div></div><div><div>Marca</div><div>PHILIPS 221V8L</div></div><div><div>Acesse a Ata</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
25	COMANDO DO EXERCITO	104	R\$ 889,9900	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>16001605000122022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>25</div></div><div><div>Comprado em</div><div>01/11/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>160016</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de Material permanente de informática e licenças para o Comando Militar da Amazônia, Organizações Militares Vinculadas e Órgãos Participantes.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>PHILIPS</div></div><div><div>Acesse a Ata</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
26	COMANDO DA MARINHA	60	R\$ 697,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>73105005000122020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>4</div></div><div><div>Comprado em</div><div>24/10/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>731050</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de informática e afins para a Fortaleza de São José.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>A C S DE OLIVEIRA MATERIAL DE INFORMATICA E PAPELARIA EIRELI</div></div><div><div>Marca</div><div>Bluecase</div></div><div><div>Acesse a Ata</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
27	ESTADO DO MATO GROSSO	34	R\$ 829,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>98898905000412020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>19</div></div><div><div>Comprado em</div><div>19/10/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>988989</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Informática, em atendimento à demanda das Diversas Secretarias Municipais.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Estadual</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>OLMIR IORIS & CIA LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>DUEX / M22HC</div></div><div><div>Acesse a Ata</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
28	ESTADO DA BAHIA	15	R\$ 729,0000	25/01/2023	Sim
<div>Id da Compra98350305000182020Nº do Item39Comprado em18/10/2022UASG983503FormaSISRPModalidadePregão</div> <div>Objeto da CompraObjeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material permanente para atender as necessidades das secretarias Municipais</div> <div>EsferaEstadualFornecedorC MOTA OLIVEIRA SERVICO E VENDAS, INFORMATICA E PAPELARIA LTDAMarcaAOCAcesse a AtaAcesse o Edital</div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
29	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	2	R\$ 574,0000	25/01/2023	Sim
<div>Id da Compra98292105000912020Nº do Item21Comprado em17/10/2022UASG982921FormaSISPPModalidadePregão</div> <div>Objeto da CompraObjeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos e materiais diversos que atenderão as Emendas Impositivas 005/2020, 016/2020 e 022/2020 destinadas a Associação Pestalozzi de Rio das Ostras/RJ.</div> <div>EsferaEstadualFornecedorXM CONSTRUCOES EIRELIMarcabrasil pcAcesse o Edital</div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
30	ESTADO DO PARANA	4	R\$ 924,7500	25/01/2023	Sim
<div>Id da Compra92807905000032020Nº do Item1Comprado em06/10/2022UASG928079FormaSISPPModalidadePregão</div> <div>Objeto da CompraObjeto: Pregão Eletrônico - O objeto desta licitação é a contratação de empresa para o fornecimento de de monitores e televisores para Câmara Municipal de São Mateus do Sul, conforme Termo de referência.</div> <div>EsferaEstadualFornecedorSYSMA SOLUCOES LTDAMarcaConcórdiaAcesse o Edital</div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
31	ESTADO DE PERNAMBUCO	50	R\$ 712,0000	25/01/2023	Sim
<div>Id da Compra98257305000162020Nº do Item5Comprado em06/10/2022UASG982573FormaSISRPModalidadePregão</div> <div>Objeto da CompraObjeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para eventual Contratação de empresa especializada para fornecimento de Equipamentos de Audiovisuais e Informática, para atender as necessidades da secretaria de Educação do Município de São Lourenço da Mata PE.</div> <div>EsferaEstadualFornecedorTHE BEST PRODUTOS ELETRONICOS EIRELIMarcaBRXAcesse a AtaAcesse o Edital</div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
32	ESTADO DO PARA	5	R\$ 1.274,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>92787705000632020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>57</div></div><div><div>Comprado em</div><div>04/10/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>927877</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, e serviços de manutenção de impressoras e recargas de toners, para atender a Secretaria Municipal de Assistência Social, Proteção e Assuntos Comunitários SEASPAC, e Programas e Projetos Vinculados.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Estadual</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>AUGUSTU S INFORMATICA EIRELI</div></div><div><div>Marca</div><div>LG</div></div><div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
33	ESTADO DA BAHIA	20	R\$ 984,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>92660605000102020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>15</div></div><div><div>Comprado em</div><div>28/09/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>926606</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico para o registro de preços para futuras e eventuais Aquisições de equipamentos eletroeletrônicos, móveis, equipamentos periféricos e suprimentos de informática remanescentes para atender as necessidades do Município de Coribe - Bahia.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Estadual</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>GRIEBLER E GRIEBLER LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>Hq/ 21.5hq-</div></div><div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
34	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	12	R\$ 1.208,3325	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>45912405000022024</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>3</div></div><div><div>Comprado em</div><div>26/09/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>459124</div></div><div><div>Forma</div><div>SISPP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - A presente licitação tem por objeto aquisição de materiais de informática para atender as necessidades da Emprotur, por meio de Pregão Eletrônico - Tipo Menor Preço por item, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, ANEXO I, do edital.</div> <div><div><div>Esfera</div><div>Estadual</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>MP IMPORTACAO, EXPORTACAO, PRODUTOS E SERVICOS EIRELI</div></div><div><div>Marca</div><div>LG</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
35	ESTADO DE GOIAS	1	R\$ 549,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>98940305001112020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>5</div></div><div><div>Comprado em</div><div>22/09/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>989403</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Equipamentos de T.I.</div></div> <div><div><div>Esfera</div><div>Estadual</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>STEFANIE SANTOS LIMA DE ABREU 70317183176</div></div><div><div>Marca</div><div>PCFort</div></div><div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
36	COMANDO DO EXERCITO	50	R\$ 618,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>16020905000102022</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>5</div></div><div><div>Comprado em</div><div>16/09/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>160209</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição por demanda de material e serviço de tecnologia da informação (TIC), destinado a atender as necessidades do Comando da 15ª Brigada de Infantaria Mecanizada.</div></div> <div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>ESFERA PRESTACAO DE SERVICOS E COMERCIO LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>PCTOP</div></div><div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
37	COMANDO DA MARINHA	2	R\$ 712,8891	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>75100006000292020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>1</div></div><div><div>Comprado em</div><div>16/09/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>751000</div></div><div><div>Forma</div><div>SISPP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Dispensa</div></div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: O objeto de presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de webcams e monitores para Diretoria de Hidrografia e Navegação conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa e seus anexos.</div></div> <div><div><div>Esfera</div><div>Federal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>VICTOR EVANGELISTA PINHEIRO 08445188321</div></div><div><div>Marca</div><div>HQ</div></div><div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
38	ESTADO DE GOIAS	5	R\$ 534,0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>98940305001022020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>5</div></div><div><div>Comprado em</div><div>09/09/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>989403</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de Infraestrutura de T.I.</div></div> <div><div><div>Esfera</div><div>Estadual</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>JANAINA MACIEL PINHEIRO 00740267124</div></div><div><div>Marca</div><div>PCFort Z195</div></div><div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
39	JUSTICA ELEITORAL	45	R\$ 753,3300	25/01/2023	Sim
<div><div>Id da Compra</div><div>7001505000482022</div><div>Nº do Item</div><div>1</div><div>Comprado em</div><div>06/09/2022</div><div>UASG</div><div>70015</div><div>Forma</div><div>SISPP</div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de monitores de video para Evento de Auditoria de Integridade das Urnas Eletrônicas.</div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div>Fornecedor</div><div>ARCANJO TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA</div><div>Marca</div><div>CONCÓRDIA</div><div>Acesse o Edital</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
40	COMANDO DO EXERCITO	30	R\$ 970,0000	25/01/2023	Sim
<div><div>Id da Compra</div><div>16000105000092022</div><div>Nº do Item</div><div>6</div><div>Comprado em</div><div>31/08/2022</div><div>UASG</div><div>160001</div><div>Forma</div><div>SISRP</div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), incluindo acessórios para equipamentos de TI e acessórios para manutenção deste material (Itens Remanescentes do Pregão Eletrônico SRP n22/2021).</div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div>Fornecedor</div><div>IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA</div><div>Marca</div><div>CONCORDIA</div><div>Acesse a Ata</div><div>Acesse o Edital</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
41	COMANDO DO EXERCITO	1	R\$ 553,3900	25/01/2023	Sim
<div><div>Id da Compra</div><div>16011806006552022</div><div>Nº do Item</div><div>1</div><div>Comprado em</div><div>30/08/2022</div><div>UASG</div><div>160118</div><div>Forma</div><div>SISPP</div><div>Modalidade</div><div>Dispensa</div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Aquisição de monitor led full HD, mínimo de 21", entrada HDMI e VGA.</div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div>Fornecedor</div><div>JESSICA MARIA LIMA DE SOUZA 94912572268</div><div>Marca</div><div>Pcfort Z195 ML</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
42	COMANDO DO EXERCITO	1	R\$ 595,2100	25/01/2023	Sim
<div><div>Id da Compra</div><div>16012606000772022</div><div>Nº do Item</div><div>1</div><div>Comprado em</div><div>22/08/2022</div><div>UASG</div><div>160126</div><div>Forma</div><div>SISPP</div><div>Modalidade</div><div>Dispensa</div></div> <div>Objeto da Compra</div> <div>Objeto: Aquisição de material permanente monitor 19" para atender necessidades da SFPC do 11 BI Mth.</div> <div><div>Esfera</div><div>Federal</div><div>Fornecedor</div><div>ICARO RODRIGUES MEIRINO 00269943218</div><div>Marca</div><div>PCTOP</div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada	
43	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE STA.CATARINA	600	R\$ 1.100,0000	25/01/2023	Sim	
Id da Compra		Nº do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15851605310092022		13	11/08/2022	158516	SISRP	Pregão
Objeto da Compra						
Objeto: Pregão Eletrônico - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS, CFTV E REDESEM FIO para o IFSC						
Esfera		Fornecedor		Marca	Acesse a Ata	Acesse o Edital
Federal		FAGUNDEZ DISTRIBUICAO LTDA		LG		

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada	
44	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	52	R\$ 809,9900	25/01/2023	Sim	
Id da Compra		Nº do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92669005000062020		5	08/08/2022	926690	SISRP	Pregão
Objeto da Compra						
Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição, sob demanda, de materiais e equipamentos de informática, licenças e aparelhos smartphone, conforme condições, especificações e prazos conforme Edital e anexos.						
Esfera	Fornecedor		Marca	Acesse a Ata		Acesse o Edital
Estadual	PROPAGA MULTIVENDAS E SERVICOS INTEGRADOS LTDA		HQ / 22HQ-LED			

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
45	COMANDO DA MARINHA	4	R\$ 820,0000	25/01/2023	Sim
Id da Compra	Nº do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
75120006003192020	4	08/08/2022	751200	SISPP	Dispensa
Objeto da Compra					
Objeto: Contratação por dispensa de licitação para aquisição de equipamentos e suprimentos de informática, para a manutenção e a revitalização do parque computacional utilizados atualmente no Grupamento de Navios Hidroceanográficos, cujo processamento de dados é essencial para manutenção da administração logística e operacional. Conforme condições, descrições, especificações e exigências estabelecidas neste Aviso de Dispensa Eletrônica e seu anexo.					
Esfera	Fornecedor		Marca		
Federal	ILCINEIA DA SILVA MIGUEL LUCINDO 26867156851		compativel		

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
46	ESTADO DE SANTA CATARINA	10	R\$ 822.0000	25/01/2023	Sim
Id da Compra	Nº do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
98834905001092020	17	02/08/2022	988349	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de peças de informática,periféricos e materiais de consumo para uso geral na manutenção de computadores da rede municipal de ensino e demais setores da administração pública municipal de Sombrio/SC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.					
Esfera	Fornecedor	Marca		Acesse a Ata	Acesse o Edital
Estadual	TECHTUDO ELETRONICOS EIRELI	AOC			

Nº	Órgão cotado		Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
47	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE		81	R\$ 994,0000	25/01/2023	Sim
Id da Compra		Nº do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
15819705000022022		15	01/08/2022	158197	SISRP	Pregão
Objeto da Compra						
Objeto: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de informática.						
Esfera		Fornecedor	Marca	Acesse a Ata		Acesse o Edital
Federal		TYCO SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA LTDA	LG			

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
48	ESTADO DE RONDONIA	10	R\$ 1.650,0000	25/01/2023	Sim
Id da Compra	Nº do Item	Comprado em	UASG	Forma	Modalidade
92674105000052020	3	28/07/2022	926741	SISRP	Pregão
Objeto da Compra					
Objeto: Pregão Eletrônico - REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO DE MATERIAISPERMANENTES e MATERIAIS DE CONSUMO, por um periodo de 12 (doze) meses, para atender as necessidades da CÂMARA MUNICIPAL DE JARU.					
Esfera	Fornecedor		Marca	Acesse a Ata	Acesse o Edital
Estadual	CLEIDE BEATRIZ IORIS EIRELI		LG / 22BN550Y		

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
49	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE FOZ DO IGUAÇU	20	R\$ 715.0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>92647005000042020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>4</div></div><div><div>Comprado em</div><div>26/07/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>926470</div></div><div><div>Forma</div><div>SISPP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos de informática para a Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, de acordo com as características e especificações constantes no ANEXO I</div></div> <div><div><div>Esfera</div><div>Municipal</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>LICITAMAI COMERCIO E SERVICOS LTDA</div></div><div><div>Marca</div><div>HQ</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Nº	Órgão cotado	Quantidade	Preço unitário	Cotado em	Consolidada
50	ESTADO DO CEARA	95	R\$ 871.0000	25/01/2023	Sim
<div><div><div>Id da Compra</div><div>92770205000152020</div></div><div><div>Nº do Item</div><div>6</div></div><div><div>Comprado em</div><div>19/07/2022</div></div><div><div>UASG</div><div>927702</div></div><div><div>Forma</div><div>SISRP</div></div><div><div>Modalidade</div><div>Pregão</div></div></div> <div><div>Objeto da Compra</div><div>Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de equipamentos, materiais e suprimentos de informática destinados a manutenção das secretarias do município de pentecoste.</div></div> <div><div><div>Esfera</div><div>Estadual</div></div><div><div>Fornecedor</div><div>HYPER TECHNOLOGIES COMERCIO DE INFORMATICA E SERVICOS EIRELI</div></div><div><div>Marca</div><div>HQ</div></div><div><div>Acesse a Ata</div></div><div><div>Acesse o Edital</div></div></div>					

Relatório emitido em 25/01/2023 - 11:55

Memória de calculo (Art.3º, inciso VII – IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021): Média: corresponde à soma dos valores das amostras, divida pelo número de amostras. Mediana: medida de tendência central das amostras que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.*



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas

Termo de referência

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **monitores de vídeo**, nos termos das especificações abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI)

- Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas;
- Tipo LED, colorido;
- Ter no mínimo as conexões:
 - o 1x Display Port
 - o 1x HDMI
- Ter 21,5 polegadas ou mais;
- Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels;
- Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de $\pm 100/127$ a $\pm 208/220$ VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos;
- Cor predominante preta;
- Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento;
- Garantia: 1 ano.

Quantidade: 11 unidades.

Valor máximo permitido: R\$

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo “*bem de luxo*”.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.3. Por se tratar de produtos de uso comum no mercado e que podem ser objetiva e concisamente definidos, estes itens são considerados bens comuns e, portanto, totalmente aplicáveis à modalidade pregão.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de ao menos 12 meses, conforme garantia do produto, contados da data de recebimento definitivo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da exigência de amostra

4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, a critério da administração, poderá ser chamado a

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

apresentar amostra, que terá data, local e horário de realização de análise divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.2. As amostras deverão ser entregues no endereço R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161, 3º andar, Capão Raso – Curitiba/PR, CEP 81.130-160, no prazo limite de sete dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) descritivo técnico constante acima.

4.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

4.9. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.10. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da ordem de compra, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161, 3º andar, Capão Raso – Curitiba/PR, CEP 81.130-160.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. A fiscalização técnica do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. A fiscalização técnica do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#)).

6.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização técnica do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. A fiscalização técnica do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a fiscalização técnica do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.7.5. A fiscalização técnica do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. A fiscalização administrativa do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, a fiscalização administrativa do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização técnica, administrativa e setorial quanto ao cumprimento de



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. A fiscalização administrativa do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 dias para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

8.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do [art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021](#).



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

8.22. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo positivo.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.26. Os interessados que se enquadrarem como Microempreendedor Individual - MEI estão dispensados da apresentação de Balanço Patrimonial, nos termos da legislação vigente.

Qualificação Técnica

8.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.27.1.1. Entrega de monitores de vídeo.

8.27.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.27.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$., conforme custos unitários apostos na acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em contrato de gestão, celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas, além de outras receitas.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2023.

Tiago Cândido De Mello
Coordenador de TI



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Termo de Contrato

**Contrato Administrativo nº/...., que
fazem entre si a Feas, e a Empresa**

.....

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado a Fundação Estatal De Atenção à Saúde, doravante denominada contratante, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83, neste ato representada pelo Diretor Geral,, CPF/MF e pelo Diretor Administrativo Financeiro, CPF/MF n.º, assistidos pelo Assessor Jurídico, OAB/PR n.º, e de outro lado a empresa, com sede à, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, inscrito no CPF sob o nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão eletrônico n.º/...., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.4. O prazo de vigência da contratação é de (prazo de garantia do produto), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.5. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

1.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.7. PREÇO

1.1.1. O valor total da contratação é de R\$...... (valor da proposta vencedora).

1.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.1.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

1.2. FORMA DE PAGAMENTO

1.1.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

1.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.2. PRAZO DE PAGAMENTO



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.2.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

1.2.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

1.2.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

1.3. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1.3.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

1.3.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

1.3.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

1.1.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

1.1.2. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.1.3. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

1.1.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

1.1.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.1.6. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

1.1.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

1.1.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.1.8.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.1.9. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (data do pregão).

1.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

1.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.10. São obrigações do Contratante:

1.10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.10.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas despesas;

1.10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

1.10.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

1.10.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

1.10.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

1.10.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.10.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

1.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

1.12. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.12.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

1.12.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

1.12.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

1.12.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.12.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.12.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.12.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.12.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.12.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas,



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

1.12.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

1.12.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

1.12.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.12.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

1.12.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

1.12.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

1.12.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

1.12.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

1.12.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.12.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

1.12.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.12.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.12.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

1.12.22. Caso necessário, realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) local(is) indicados no termo de referência;

1.12.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- s) der causa à inexecução parcial do contrato;
- t) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- u) der causa à inexecução total do contrato;
- v) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- w) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- x) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- y) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- z) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- aa) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- bb) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- cc) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- dd) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**
 - (1) moratória de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 dias;
 - (2) compensatória de 10% sobre o valor remanescente do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

1.1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

1.2. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

1.2.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

1.2.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.2.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.3. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.4. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.1. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

1.2. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

1.3. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

1.4. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.5. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.6. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

1.6.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.1.1.1. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.1.1.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

1.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.2.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em contrato de gestão, celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas, bem como outras receitas.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.4. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.8. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

1.9. É eleito o foro da cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

, dede 20.....

Representantes legais do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Referencial de preços


Objeto: **Aquisição de monitores de vídeo.**

Item		Fonte	Preço
Monitor de Vídeo 21,5"		ARP Comando do Exército (CMJF) – PE 03/2022	R\$ 1.200,00
Código tasy	221267	ARP Ebserh – PE 150/2022	R\$ 980,00
Código BR	não	CEMV/SC Pregão 07/2022	R\$ 1.140,00
Quantidade	11	Preço escolhido	R\$ 1.106,66
Último preço	R\$ 1.400 (Dispensa 66/2022)		
		Valor total	R\$ 12.173,26
<p><i>Para este item, optamos por utilizar a média dos valores orçados.</i></p> <p><i>Para escolha dos orçamentos, foram levados em conta quatro critérios: temporalidade (preços mais recentes); localidade (região mais próxima); quantidade comprada (pregões mais próximos em quantidade à nossa compra); e especificação semelhante.</i></p>			

Declaramos que os preços praticados neste processo estão de acordo com os praticados no Mercado. A pesquisa foi realizada conforme art. 23, § 1º, I da lei 14.133/2021.

Tiago Cândido De Mello
Coordenador de TI

Olavo Gasparin
Diretor Administrativo Financeiro



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: PRODUÇÃO

Visualizar Item SRP

01/02/2023 11:13:53

Órgão

UASG Gerenciadora

52121 - COMANDO DO EXERCITO

160110 - COLEGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA

Modalidade de Licitação

Modo de Disputa

Nº da Licitação

Nº da IRP

Nº do Processo

Compra Nacional

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Pregão Eletrônico

Aberto

00003/2022

00002/2022

642540016082022

Não

Não

Nº do Item

Tipo do Item

Tipo de Objeto do Item

Item

14

Material

Bens Comuns

463272 - Monitor computador

Descrição Detalhada

Monitor Computador Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display , Formato Tela: Widescreen , Tipo De Tela: Led , Garantia On Site: 12 MESES, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Qualidade De Imagem: Full Hd , Alimentação: Bivolt , Tamanho Tela: Até 22 PO

Quantidade Publicada

Unidade de Fornecimento

128

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item


Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	65.149.197/0002-51 - REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA	AOC	128	0	1.200,0000	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta

Solução SERPRO



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: PRODUÇÃO

Visualizar Item SRP

01/02/2023 10:46:27

Órgão

UASG Gerenciadora

52121 - COMANDO DO EXERCITO

160110 - COLEGIO MILITAR DE JUIZ DE FORA

Modalidade de Licitação

Modo de Disputa

Nº da Licitação

Nº da IRP

Nº do Processo

Compra Nacional

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Pregão Eletrônico

Aberto

00003/2022

00002/2022

642540016082022

Não

Não

Nº do Item

Tipo do Item

Tipo de Objeto do Item

Item

14

Material

Bens Comuns

463272 - Monitor computador

Descrição Detalhada

Monitor Computador Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display , Formato Tela: Widescreen , Tipo De Tela: Led , Garantia On Site: 12 MESES, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Qualidade De Imagem: Full Hd , Alimentação: Bivolt , Tamanho Tela: Até 22 PO

Quantidade Publicada

Unidade de Fornecimento

128

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Quantidade Homologada

Data da Assinatura da Ata

Vigência da Ata

128

21/11/2022

21/11/2022 a 21/11/2023

Resumo das quantidades da Gerenciadora + Participantes

Contratada

Empenhada

Saldo para Contratação

Saldo para Empenho

0

0

128

128

Resumo das quantidades das Caronas

Máximo para Adesões

Aguardando Autorização

Autorizada

Contratada

Empenhada

Saldo para Adesão

0

0

0

0

0

0

Gestores vinculados

Nome	Telefone
MARCIO DO LIVRAMENTO LEAO	(32) 9120-1343
RODRIGO GUEDES MAIA	(32) 3692-5057
LUCIANO LADEIRA DE CARVALHO	
FLAVIA REZENDE ALVES	(32) 3692-5057
WELLISON PEREIRA DA SILVA	(32) 3692-5057
PEDRO DE ARAUJO PINTO NETO	
JEAN CARLOS VICENTE DE ANDRADE	(32) 3692-5057
JOSE AMERICO PALAZZI	(32) 3692-5057
REGINALDO AUGUSTO SANTOS DE PAULA	(32) 3692-5057
VANDOVIL RIBEIRO DA SILVA	(32) 3692-5050
MARCELO MURGA DA SILVA	
WILLIAM NILLS COSTA	
EDUARDO COUTO BOLLIS	(32) 3690-5050
JULIANA TELES CASTRO FONSECA	
FABIO ALVES DA SILVA ROSA	(68) 9901-2268
DARI PAULINO CARLOS FILHO	(32) 3692-5056

Locais de Entrega


Município/UF para Entrega	Quantidade
47333 - Juiz de Fora/MG	92
52132 - Santos Dumont/MG	6
52493 - São João Del Rei/MG	30

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta

Solução

SERPRO



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Visualizar Item SRP

01/02/2023 10:48:18

Órgão

UASG Gerenciadora

26443 - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

155125 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA

Modalidade de Licitação

Modo de Disputa

Nº da Licitação

Nº da IRP

Nº do Processo

Compra Nacional

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Pregão Eletrônico

Aberto

00150/2022

00109/2022

235410002892022

Não

Não

Nº do Item

Tipo do Item

Tipo de Objeto do Item

Item

25

Material

Bens Comuns

463272 - Monitor computador

Descrição Detalhada

Monitor Computador Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display , Formato Tela: Widescreen , Tipo De Tela: Led , Garantia On Site: 12 MESES, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Qualidade De Imagem: Full Hd , Alimentação: Bivolt , Tamanho Tela: Até 22 PO

Quantidade Publicada

Unidade de Fornecimento

50

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item


Fornecedores do Item


Fornecedores

Classificação	Fornecedor	Marca do Material	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)	Ação
1º	65.149.197/0002-51 - REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA	AOC	50	0	980,0000	-	Visualizar

Pesquisar Item SRP


Nova Consulta

Solução 



Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SRP



Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: PRODUÇÃO

Visualizar Item SRP

01/02/2023 10:48:03

Órgão

26443 - EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES

UASG Gerenciadora

155125 - HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE SANTA MARIA

Modalidade de Licitação

Pregão Eletrônico

Modo de Disputa

Aberto

Nº da Licitação

00150/2022

Nº da IRP

00109/2022

Nº do Processo

235410002892022

Compra Nacional

Não

Gerenciada/Autorizada ME/SGD

Não

Nº do Item

25

Tipo do Item

Material

Tipo de Objeto do Item

Bens Comuns

Item

463272 - Monitor computador

Descrição Detalhada

Monitor Computador Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display , Formato Tela: Widescreen , Tipo De Tela: Led , Garantia On Site: 12 MESES, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Qualidade De Imagem: Full Hd , Alimentação: Bivolt , Tamanho Tela: Até 22 PO

Quantidade Publicada

50

Unidade de Fornecimento

Unidade

Detalhes do Item

Solicitações do Item

UASGs do Item

Fornecedores do Item

Quantidade Homologada

50

Data da Assinatura da Ata

20/12/2022

Vigência da Ata

20/12/2022 a 20/12/2023

Resumo das quantidades da Gerenciadora + Participantes

Contratada

0

Empenhada

0

Saldo para Contratação

50

Saldo para Empenho

50

Resumo das quantidades das Caronas

Máximo para Adesões

100

Aguardando Autorização

0

Autorizada

0

Contratada

0

Empenhada

0

Saldo para Adesão

100

Gestores vinculados

Nome	Telefone
JANETE DOS SANTOS MARIAN	(55) 3213-1692
PAOLA TORRES REIS	(55) 3213-1692
EMERSON ALEXANDRE MORTARI	(55) 3213-1444
LIDIANE MARAFIGA VIEIRA	
DAIANE SANTIAGO DA CRUZ	
FERNANDA VOLPATO CHIAPINOTO	
VINICIUS DE AVILA SEVERO	
JARDEL GOMES VILLARINHO	
LUCIANE DA VEIGA CUNHA	(55) 3220-8510
JOAO BATISTA DE VASCONCELLOS	(55) 3213-1650
FRANCIELI MACHADO	(55) 3220-8510
GLAUCIA JOSIELE CARDOSO	
MARCOS ANDRE STORCK	(55) 3213-1692
WILMAR FLORES DE CASTRO	
SIMONE DIAS	
KARIN LUCCHESI DO ESPIRITO SANTO	
ANA LUCIA BORTOLIN	
ALINE DO NASCIMENTO CORDEIRO	
FERNANDA REFOSCO	(55) 3213-1681
JOSIELE KERSTING PETRY	(55) 3213-1681
BEATRIZ CORTE REAL RODRIGUES	
SIMONE DE MOURA STURZA	
JULIANO DA SILVA REIS	(55) 3213-1692
JONES DE OLIVEIRA FAGUNDES	
RAFAEL FREITAS	
RUTINALDO DA CONCEICAO	
MARCIA OLEQUES DE MELLO	
YURI MASAHARO ADACHI	(55) 3213-1697
VANIA MARIAN GAIKE	
RODRIGO LENA MATTANA	
ALESSANDRO SILVA DE AGUIAR	
RODRIGO DIEGUEZ FERREIRA	
GERSON JACOBI	


Locais de Entrega

Município/UF para Entrega	Quantidade
88412 - Santa Maria/RS	50

Pesquisar Item SRP

Nova Consulta

Solução



Pregão/Concorrência Eletrônica



CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA DE SANTA CATARINA - CRMV - SC

Termo de Homologação do Pregão Eletrônico

Pregão Nº 00007/2022 - (Decreto Nº 10.024/2019)

Às 11:00 horas do dia 19 de janeiro de 2023, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA NEVES, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 0530031.3/2022-03, Pregão nº 00007/2022.

Resultado da Homologação

Item: 1

Descrição: Microcomputador

Descrição Complementar: Microcomputador Memória Ram: Superior A 8 GB, Núcleos Por Processador: 4 A 8 , Armazenamento Hdd: Sem Disco Hdd GB, Armazenamento Ssd: Até 2 Tb , Monitor: Sem Monitor POL, Componentes Adicionais: Com Teclado E Mouse , Sistema Operacional: Proprietário , Garantia On Site: 36 MESES, Gabinete: Compacto

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 24

Valor Estimado: R\$ 157.133,7600

Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 100,00

Adjudicado para: AZULDATA TECNOLOGIAS LTDA , pelo melhor lance de R\$ 122.300,0000 .

Eventos do Item			
Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	19/01/2023 09:49:13	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: AZULDATA TECNOLOGIAS LTDA, CNPJ/CPF: 40.143.803/0001-10, Melhor lance: R\$ 122.300,0000
Homologado	19/01/2023 11:00:06	MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA NEVES	

Item: 2

Descrição: Monitor computador

Descrição Complementar: Monitor Computador Tamanho Tela: Até 22 POL, Tipo De Tela: Led , Formato Tela: Widescreen , Qualidade De Imagem: Full Hd , Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display , Alimentação: Bivolt , Garantia On Site: 12 MESE

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 48

Valor Estimado: R\$ 74.717,2800

Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 100,00

Adjudicado para: REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA , pelo melhor lance de R\$ 54.720,0000 .

Eventos do Item			
Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	19/01/2023 09:49:14	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: REPREMIG REPRESENTACAO E COMERCIO DE MINAS GERAIS LTDA, CNPJ/CPF: 65.149.197/0002-51, Melhor lance: R\$ 54.720,0000
Homologado	19/01/2023 11:00:07	MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA NEVES	

Item: 3

Descrição: Scanner

Descrição Complementar: Scanner Tipo Digitalização: Simplex/Duplex , Interface: Usb , Tipo Alimentador Papel: Automático De Documentos (Adf) Para 50 Folhas , Frequência: 60 HZ, Software: Ocr , Tipo: Mesa , Características Adicionais: Captura Mínima 600x600 Ppp/Usb Com Cabo Incluído , Cromatismo: Policromático , Voltagem: Bivolt , Formato: A4, Carta, Ofício

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 2

Valor Estimado: R\$ 8.743,2600

Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 10,00

Adjudicado para: CROMA EQUIPAMENTOS E SERVICOS EIRELI , pelo melhor lance de R\$ 7.989,9900 .

Eventos do Item			
Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	19/01/2023 09:49:15	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: CROMA EQUIPAMENTOS E SERVICOS EIRELI, CNPJ/CPF: 11.855.692/0001-76, Melhor lance: R\$ 7.989,9900
Homologado	19/01/2023 11:00:08	MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA NEVES	

Item: 4

Descrição: Câmera Videoconferência

Descrição Complementar: Câmera Videoconferência Velocidade Transmissão Vídeo: 30 FPS, Características Adicionais: Webcam Usb Com Microfone Embutido , Resolução: 1280 X 720 , Tipo Lente: Foco Automático

Tratamento Diferenciado: -

Aplicabilidade Decreto 7174: Não

Aplicabilidade Margem de Preferência: Não

Quantidade: 14

Valor Estimado: R\$ 3.307,2200

Situação: Homologado

Unidade de fornecimento: Unidade

Intervalo Mínimo entre Lances: R\$ 10,00

Adjudicado para: LAWTECH BRASIL TECNOLOGIA LTDA , pelo melhor lance de R\$ 3.199,7000 .

Eventos do Item			
Evento	Data	Nome	Observações
Adjudicado	25/01/2023 11:11:30	-	Adjudicação em grupo da proposta. Fornecedor: LAWTECH BRASIL TECNOLOGIA LTDA, CNPJ/CPF: 41.541.211/0001-19, Melhor lance: R\$ 3.199,7000
Homologado	25/01/2023 13:39:03	MARCOS VINICIUS DE OLIVEIRA NEVES	

Fim do documento



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

Declaração de Disponibilidade de Recursos Financeiros

Declaro que existe previsão financeira para pagamento da despesa da contratação no valor de R\$ R\$ 12.173,26 (doze mil, cento e setenta e três reais e vinte e seis centavos) conforme contrato de gestão, celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas, além de outras receitas.

Processo administrativo: 26/2023.

Objeto: Aquisição de monitores de vídeo.

Curitiba, 02 de fevereiro de 2023.



Documento assinado digitalmente
DENILSON BLANK
Data: 02/02/2023 12:58:14-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Denilson Blank

Assessor Financeiro Feas

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JUAN EUGENIO DA SILVA - Matrícula 2777211025/2023-28555:2



Prefeitura Municipal de Curitiba

Termo de Anexação de Arquivos

01-029453/2023

Nesta data juntamos ao presente, por anexação o(s) arquivo(s) eletrônico(s) abaixo relacionado(s), a fim de subsidiar a instrução processual.

2.1 - JUSTIFICATIVA_DEMANDA_ASSINADO.PDF

Anexo justificativa da demanda devidamente assinada.

Curitiba , 07 de fevereiro de 2023 - 11:59:19

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:12

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Vanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Justificativa da demanda

Vários setores da Feas fazem uso de monitor de vídeo extra e de leitor e gravador de CD/DVD. As principais atribuições são: comparação de documentos jurídicos, uso vertical do monitor para visualização integral de documentos, acesso remoto para suporte pela equipe de TI, transposição de agendas de exames e consultas pela equipe da Central de Imagens ao fazer uso simultâneo dos sistemas Tasy e E-Saúde, etc. Tal cenário vem ampliando-se devido a constante informatização dos setores e acesso a diversos sistemas e documentos simultaneamente.

Em obediência aos termos da lei 14.133/21 art. 6º, XIII¹, constata-se que os produtos a serem adquiridos são considerados bens comuns, uma vez que há a possibilidade de definição concisa e objetiva dos padrões de desempenho e qualidade a serem obedecidos pelos licitantes. Portanto, passível de disputa a partir da modalidade Pregão, conforme lei 14.133/2021, art. 6º, XLI².

Portanto, este pregão será do tipo menor preço, ou seja, o julgamento se dará pelo menor valor ofertado por item.

Por fim, considerando a legislação vigente este certame será exclusivo para disputa entre ME/EPP.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2023.

Tiago Cândido de Mello
Coordenador de TI

-
- 1 Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se: [...] XIII – bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;
- 2 XLI – pregão: modalidade de licitação obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto;



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA : FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

Encaminhamento para assinatura dos documentos anexos.

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

3.1 - INDICACAO_GESTOR_E_SUPLENTE_TIAGO_BRUGUEFF_ASSINADO_ASSINADO.PDF

3.2 - AUTORIZAÇÃO_PARA_LICITAR E AUTORIZADOR DE DESPESAS.PDF

Curitiba , 07 de fevereiro de 2023 - 12:00:23

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA Matrícula 277 em 10/02/2023 às 09:55:12



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

Indicação de gestores e fiscais

Objeto: Aquisição de monitores de vídeo.

Consoante a legislação vigente e ficam designados para o presente processo os seguintes servidores:

Gestor: Tiago Cândido de Mello.

Suplente: Jouglas Alves Tomaschitz.

Fiscal técnico e administrativo: Marcos Antônio de Oliveira Pena.

Suplente: José Carlos Brugeff.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2023.

Sezifredo Paulo Alves Paz

Diretor-Geral

Cientes,

Tiago Cândido de Mello

Gestor

Marcos Antônio de Oliveira Pena

Fiscal técnico e administrativo

Jouglas Alves Tomaschitz.

Suplente gestor

José Carlos Brugeff.

Suplente fiscal



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

Protocolo	Processo Administrativo n.º 26/2023.
Modalidade	Pregão eletrônico
Objeto	Aquisição de monitores de vídeo
Justificativa:	Agregar ao patrimônio da Feas equipamentos novos relacionados as demandas administrativas.
Valor	R\$ 12.173,26

Autorização para licitar.

Consoante a documentação acostada aos autos, autorizo a presente aquisição, nos moldes da legislação vigente.

Declaração de autorizador de despesa

Eu, Sezifredo Paulo Alves Paz, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, declaro, na qualidade de Diretor Geral da Feas, com fundamento no inciso III do artigo 13 de seu Estatuto, que existe previsão de receita para fazer frente as despesas para este processo administrativo, conforme contrato de gestão, celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas, além de outras receitas.

Curitiba, 07 de fevereiro de 2023.

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

PARA : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Retorno, devidamente assinado.

Curitiba , 15 de fevereiro de 2023 - 14:50:45

Assinado eletronicamente por Brenda Aline da Silva de Souza - 54 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 16/05/2023 às 09:55:13



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA : FEAS / FEASAJUR - JURIDICO

À Assessoria Jurídica Feas:

Encaminhamos a Minuta de Edital de Embasamento de Pregão Eletrônico referente ao Processo Administrativo nº 26/2023, para análise e posicionamento jurídico.

O referido processo administrativo diz respeito a "Aquisição de monitores de vídeo".

Elaboramos o Edital com base nas informações enviadas pelo setor solicitante.

A Publicação dar-se-á no Diário Oficial - Atos do Município de Curitiba, bem como respectivo site da Feas.

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

5.1 - 9.2. PORTARIA 96.2022 - PREGOEIROS.PDF

5.2 - 9.1. APROVAÇÃO EDITAL SETOR TÉCNICO.PDF

5.3 - 9 - MINUTA EDITAL-14-133-REV-1.PDF

Curitiba , 16 de fevereiro de 2023 - 16:19:37

Assinado eletronicamente por MIRELLE PEREIRA FONSECA - 1822 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 217 em 10/05/2023 às 09:55:13



CURITIBA

Nº 219 - ANO XI

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2022

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE - FEAS

PORTARIA Nº 96

"Designa servidores para atuarem como pregoeiros nos processos licitatórios."

O DIRETOR GERAL DA FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE - FEAS, no uso da competência que lhe foi delegada por meio do Decreto Municipal n.º 351/2019 e, em conformidade com o disposto na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações, na Lei Federal n.º 10.520/02, e no Decreto Municipal 1.235/2003.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como pregoeiros nos processos licitatórios, nos processos de Dispensas de Licitação e Inexigibilidade de Licitação, no âmbito da Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas.

Pregoeiros:

Juliano Eugênio da Silva - matrícula n.º 277

Mirelle Pereira Fonseca - matrícula n.º 1.822

William César Barboza - matrícula n.º 1.828

Veridiane De Paula Macedo Sotto Maior – matrícula n.º 3.873

Silvia Andrea Miranda Ribeiro – matrícula n.º 3.448

Art. 2º Os Pregoeiros serão devidamente indicados no edital de embasamento para cada processo licitatório.

Art. 3º Caberá ao Pregoeiro a elaboração e julgamento dos procedimentos licitatórios na modalidade Pregão e compras por meio eletrônico, bem como demais funções pertinentes, em conformidade com a Legislação vigente.

Art. 4º Caberá aos servidores à inclusão nos devidos sistemas informatizados, dos dados resultantes da formalização dos processos de Dispensa de Licitação e Inexigibilidade de Licitação, de acordo com o disposto na Artigos 24 e 25 da Lei Federal n.º 8.666/93 e artigos 74 e 75 da Lei Federal 14.133/2021

Art. 5º O mandato dos pregoeiros será de 01 (um) ano, com efeitos a partir de 17 de novembro de 2022.

Art. 6º Ficam revogadas quaisquer disposições contrárias.

Fundação Estatal de Atenção à Saúde, 21 de novembro de 2022.

Sezifredo Paulo Alves Paz : Diretor Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 119

"Convoca os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Edital nº 01/2021."

A **FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE DE CURITIBA**, pela Gerência de Gestão de Pessoas, convoca os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público, obedecendo à ordem classificatória geral, e portadores de deficiência, os quais deverão comparecer ao miniauditório da sede administrativa da FEAS, no bairro Pinheirinho, Curitiba, Paraná, conforme dia e horário estipulados na correspondência eletrônica (e-mail) enviada aos candidatos, para se submeterem ao exame médico admissional, sob pena de eliminação do certame, além da entrega dos documentos elencados no edital, inclusive da Carteira de Trabalho Digital e 2 (duas) fotos 3x4.

Alertamos que a não apresentação da documentação constante dos itens 8.3 e 8.6 do Edital implica a desclassificação do candidato.



PREGÃO ELETRÔNICO

XXX/2023

CONTRATANTE (928285)

Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas.

OBJETO

Aquisição de monitores de vídeo, nos termos das especificações abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 12.173,26.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia XX/XX/XXXX às XXh (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS SIM.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Sumário

1.	DO OBJETO.....
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....
8.	DOS RECURSOS.....
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 27 em 10/05/2023 às 09:55:13

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas

PREGÃO ELETRÔNICO Nº/20...

(Processo Administrativo nº)

Torna-se público que a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, por meio Comissão Permanente de Licitações, sediada na R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161, 3º andar, Capão Raso – Curitiba/PR, CEP 81.130-160, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. O Pregoeiro e equipe de apoio designados por meio da Portaria n.º 96/2022 – Feas, responsáveis por este Pregão Eletrônico são: Pregoeiro: Juliano Eugenio da Silva. Equipe de Apoio: Mirelle Pereira Fonseca e Veridiane De Paula Macedo Sotto Maior.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de monitores de vídeo conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para o item 01 desta licitação, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, visando a ampliação da disputa, em especial por se tratar de item de baixa complexidade.

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2012/Lei_14133.html).

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **7.1.1.** e 7.11.1. deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4. ou 3.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

- 4.1.1. Valor unitário do item;
- 4.1.2. Marca;
- 4.1.3. Fabricante;
- 4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.
- 4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;
- 4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

Página



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 1,00 (um real)*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

Página



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

Página



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, no caso do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCA), do CNJ, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

Página



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6. deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicafe, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1..

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.feas.curitiba.pr.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

Página

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios:* julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.feas.curitiba.pr.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Curitiba, de de 20.....

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral Feas

P á g i n a



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Anexo 1

Termo de referência

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **monitores de vídeo**, nos termos das especificações abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI)

- Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas;
- Tipo LED, colorido;
- Ter no mínimo as conexões:
 - o 1x Display Port
 - o 1x HDMI
- Ter 21,5 polegadas ou mais;
- Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels;
- Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de $\pm 100/127$ a $\pm 208/220$ VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos;
- Cor predominante preta;
- Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento;
- Garantia: 1 ano.

Quantidade: 11 unidades.

Valor máximo permitido: R\$ R\$ 1.106,66.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo “*bem de luxo*”.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.3. Por se tratar de produtos de uso comum no mercado e que podem ser objetiva e concisamente definidos, estes itens são considerados bens comuns e, portanto, totalmente aplicáveis à modalidade pregão.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de ao menos 12 meses, conforme garantia do produto, contados da data de recebimento definitivo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da exigência de amostra

4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, a critério da administração, poderá ser chamado a apresentar amostra, que terá data, local e horário de realização de análise divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

Página



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

4.2. As amostras deverão ser entregues no endereço R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161, 3º andar, Capão Raso – Curitiba/PR, CEP 81.130-160, no prazo limite de sete dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) descritivo técnico constante acima.

4.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.9. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.10. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Garantia da contratação

- 4.12.** Não haverá exigência da garantia da contratação.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1.** O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da ordem de compra, em remessa única.
- 5.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3.** Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161, 3º andar, Capão Raso – Curitiba/PR, CEP 81.130-160.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4.** O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.5.** A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 5.6.** A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 5.7.** Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

P á g i n a

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. A fiscalização técnica do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. A fiscalização técnica do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

Página

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização técnica do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. A fiscalização técnica do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, a fiscalização técnica do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.7.5. A fiscalização técnica do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. A fiscalização administrativa do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, a fiscalização administrativa do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização técnica, administrativa e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.10. A fiscalização administrativa do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na

Página

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 dias para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Página



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimonial líquido mínimo positivo.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.26. Os interessados que se enquadrarem como Microempreendedor Individual - MEI estão dispensados da apresentação de Balanço Patrimonial, nos termos da legislação vigente.

Qualificação Técnica

8.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.27.1.1. Entrega de monitores de vídeo.

8.27.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.27.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$., conforme custos unitários apostos na acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em contrato de gestão, celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas, além de outras receitas.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2023.

Tiago Cândido De Mello
Coordenador de TI



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Apêndice do Anexo 1 – Estudo Técnico Preliminar

UASG 928285

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Introdução

2.1. Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência. A estrutura deste documento encontra respaldo no arcabouço técnico legal acerca das contratações de serviços não continuados de natureza comum.

3. Motivação/Justificativa

Aquisição de monitores para microcomputadores institucionais para as atividades desta instituição que sejam necessários para substituir ou acrescentar os equipamentos existentes.

A aquisição destes equipamentos faz-se necessária em virtude da necessidade permanente de utilização de sistemas e meios de tecnológicos que permitam que os servidores de cargos estratégicos, destacados na gestão, devido às atribuições dos cargos, desenvolvam atividades de suas competências se beneficiando deste recurso tecnológicos, seja em reuniões ou outras demandas administrativas. A aquisição de telas monitores contribuirá com a facilitação do desenvolvimento das atividades relacionadas à missão institucional, em outras palavras, justifica-se tal despesa na necessidade de otimização das ações de administração.

Vários setores da Feas fazem uso de monitor de vídeo extra, e tais atividades vem se expandindo, em especial, pela constante informatização dos processos. As principais atribuições são: comparação de documentos jurídicos, uso vertical do monitor para visualização integral de documentos, acesso remoto para suporte pela equipe de TI, transposição de agendas de exames e consultas pela equipe da Central de Imagens ao fazer uso simultâneo dos sistemas Tasy e E-Saúde, etc.

4. Descrição da necessidade

ID	DESCRIÇÃO
1.	Aquisição de Monitores de Vídeo 21,5"

3.1 Identificação das necessidades de negócio

3.1.1. As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso. Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição daquela considerada mais adequadas tais objetivos organizacionais, conforme relação a seguir:

- a) Permitir a agregação de um volume significativo de demanda ao mercado fornecedor e, com isso, obter potencialmente melhores ofertas tanto em termos financeiros quanto técnicos;
- b) Assegurar que os equipamentos possuam uma garantia e suporte ao longo de sua vida útil;

1 de 4

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

UASG 928285

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

c) Prover recursos computacionais necessários ao perfeito desenvolvimento das atividades laborais. Trata-se de recursos de hardware e software capazes de prover apoio à execução de tarefas de suporte, administração e gestão de atividades meio e fim relacionadas ao alcance mediato ou indireto do interesse público;

3.2. Identificação das necessidades tecnológicas

- a) Oferecer um desempenho computacional adequado aos aplicativos utilizados para realização de tarefas administrativas e finalísticas dos órgãos;
- b) Maximizar a eficiência energética dos recursos computacionais;
- c) Oferecer compatibilidade tecnológica;
- d) Observar os requisitos ambientais;
- e) Manter a compatibilidade das especificações com produtos na "fase de seleção e de menor custo", evitando-se aqueles situados nas "fase de lançamento" (últimos 6 meses) e "de substituição", conforme avaliação do ciclo de vida dos bens de tecnologia.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Administração Feas	Tiago Cândido de Mello

6. Descrição dos Requisitos da Contratação

Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI)

- Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas;
- Tipo LED, colorido;
- Ter no mínimo as conexões:
 - o 1x Display Port
 - o 1x HDMI
- Ter 21,5 polegadas ou mais;
- Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels;
- Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de $\pm 100/127$ a $\pm 208/220$ VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos;
- Cor predominante preta;
- Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento;
- Garantia: 1 ano.

7. Levantamento de Mercado

7.1. Os produtos elencados atendem as necessidades descritas no item 2 deste estudo técnico. Foram observados os aspectos de viabilidade mercadológica, economicidade, eficácia, eficiência e padronização. As pesquisas de preços foram realizadas previamente, utilizando o sistema de pesquisa disponível no gov.br/compras, objetivando aproximar ao máximo ao valor de referência dos itens aqui presentes, tendo em vista o interesse público e o princípio da economicidade. Os resultados obtidos consistem em uma cesta de preços aceitáveis.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

UASG 928285

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

8. Descrição da solução como um todo

Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI)

- Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas;
- Tipo LED, colorido;
- Ter no mínimo as conexões:
 - o 1x Display Port
 - o 1x HDMI
- Ter 21,5 polegadas ou mais;
- Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels;
- Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de $\pm 100/127$ a $\pm 208/220$ VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos;
- Cor predominante preta;
- Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento;
- Garantia: 1 ano.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Levando em consideração a necessidade de equipamentos que necessitam de substituição, bem como uma margem para futuras trocas e ampliação, o número de equipamentos é o que segue:

11xx monitores.

10. Estimativa do Valor da Contratação

A pesquisa de preços preliminar foi realizada mediante o Pannel de Preços, disponível no sistema gov.br/compras. Foram privilegiados os preços tendo em vista três aspectos essenciais: quantidade (aproximada à presente compra); tempo (preços mais recentes possíveis); e região (preços de regiões próximas ao nosso local de compra). Tal cenário buscou aproximar o máximo possível ao atual mercado.

ITEM	Descrição do Bem	Quantidade	Valor Unitário pesquisado 1	Valor Unitário pesquisado 2	Valor Unitário pesquisado 3	Média
1	Monitor de vídeo	11	R\$ 1.140,00	R\$ 980,00	1.200,00	R\$ 1.106,66
VALOR TOTAL						R\$ 12.173,26

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se de um item somente a ser adquirido por um único fornecedor, trazendo economicidade e vantajosidade quanto a gestão do contrato.

3 de 4



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

UASG 928285

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não serão necessárias contratações correlatadas ou interdependentes.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição está alinhada aos planos estratégicos da instituição, em especial a informatização dos processos, trazendo eficiência à gestão e ao desenvolvimento dos trabalhos.

14. Resultados Pretendidos

14.1. A aquisição das telas monitores trará melhores condições para as atividades de gestão, bem como maior eficiência para os trabalhos realizados nos setores administrativos.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Todas as providências cabíveis, como capacitação de servidores e adequação da infraestrutura estão previstas no objeto do presente estudo, motivo pelo qual se dispensa quaisquer demais providências.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto acima, a contratação é viável, gera economicidade, eficiência e desenvolvimento da gestão.

18. Responsáveis

Documento assinado digitalmente
TIAGO CANDIDO DE MELLO
Data: 01/03/2023 09:28:23-0300
Verifique em <https://verificador.br.br>

TIAGO CANDIDO DE MELLO
Coordenador de TI

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

ANEXO 2 – Minuta de Termo de Contrato

Termo de Contrato

**Contrato Administrativo nº/....., que fazem
entre si a Feas, e a
Empresa**

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado a Fundação Estatal De Atenção à Saúde, doravante denominada contratante, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83, neste ato representada pelo Diretor Geral,, CPF/MF e pelo Diretor Administrativo Financeiro, CPF/MF n.º, assistidos pelo Assessor Jurídico, OAB/PR n.º, e de outro lado a empresa, com sede à, inscrita no CNPJ sob o nº, neste ato representada por, inscrito no CPF sob o nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão eletrônico n.º .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de (prazo de garantia do produto), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

P á g i n a



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.5. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

1.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.7. PREÇO

1.7.1. O valor total da contratação é de R\$...... (valor da proposta vencedora).

1.7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

1.8. FORMA DE PAGAMENTO

1.8.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

1.8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.9. PRAZO DE PAGAMENTO

1.9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

1.9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

1.9.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

1.10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1.10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

1.10.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

1.10.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura

Página



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

1.10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

1.10.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

1.10.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

1.10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

1.10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.10.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

1.10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

1.10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.10.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.10.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

1.11. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (data do pregão).

1.12. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

1.13. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

1.14. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

1.15. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

1.16. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

1.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

1.18. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

1.19. São obrigações do Contratante:

1.19.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

1.19.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

1.19.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

1.19.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

1.19.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

Página



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.19.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

1.19.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

1.19.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.19.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

1.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

1.21. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.21.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

1.21.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

1.21.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

1.21.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.21.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.21.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.21.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.21.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.21.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

1.21.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

1.21.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

1.21.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.21.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

1.21.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

1.21.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

1.21.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

1.21.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.21.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

1.21.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

1.21.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.21.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.21.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

1.21.22. Caso necessário, realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) local(is) indicados no termo de referência;

1.21.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres,

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

1.22. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.23. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- s) der causa à inexecução parcial do contrato;
- t) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- u) der causa à inexecução total do contrato;
- v) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- w) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- x) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

Página



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

- y) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- z) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- aa) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- bb) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- cc) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- dd) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.24. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- iv) **Multa:**
 - (1) moratória de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 dias;
 - (2) compensatória de 10% sobre o valor remanescente do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

1.25. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

1.26. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

1.26.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

1.26.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.26.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

P á g i n a



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.27. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.28. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.29. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

1.30. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

1.31. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

1.32. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.33. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.34. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

1.34.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas

Página

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.1.1.1. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.1.1.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

1.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

1.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

1.2.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em contrato de gestão celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas, bem como outras receitas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.4. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.8. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

1.9. É eleito o foro da cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

, dede 20.....

Representantes legais do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-
2-



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASAJUR - JURIDICO

PARA : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Encaminhado Parecer da Assessoria Jurídica.

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

6.1 - PARECER 063-2023 - PREGÃO - REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE MONITORES DE VÍDEO.PDF

Curitiba , 27 de fevereiro de 2023 - 13:03:52

Assinado eletronicamente por JULIANA MARA MAIA DE ANDRADE VIEIRA - 7194 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 01/03/2023 às 09:55:13



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161 3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5954
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

P.A. nº 026/2023

Interessada: Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS.

Assunto: Pregão Eletrônico para aquisição de monitores de vídeo, para a Fundação Estatal de Atenção à Saúde (FEAS), pelo período de 12 (doze) meses.

Parecer AJUR n.º 063/2023

Ementa: Análise de Edital, nos termos do art. 38, § único da Lei nº 8.666/93. Minuta que atende aos requisitos do Decreto Municipal nº 290 de 12 de abril de 2016, Decreto 610/2019 e Decreto nº 1235/2003, de 17 de dezembro de 2003.
Aprovação.

I – Relatório

Trata-se de Minuta de Edital de Pregão Eletrônico s/n, para aquisição de monitores de vídeo, para a Fundação Estatal de Atenção à Saúde (FEAS), itens essenciais para a Fundação Estatal de Atenção à Saúde.

Consta ao feito:

- Justificativa da demanda (fl. 03);
- Estudo técnico preliminar (fls. 04/24);
- Termo de referência (fls. 25/42);
- Termo de contrato (fls. 43/57);
- Referencial de preços (fl.58/64);
- Declaração de disponibilidade de recursos financeiros (fl. 65);
- Indicação de gestor suplente (fl.09);
- Declaração do autorizador de despesas (fl. 70);
- Designação de pregoeiros publicada em DOM (fl. 73);
- Aprovação da minuta pela autoridade solicitante (fl. 74);
- Minuta do edital e seus anexos (fls. 75/134);

O valor estimado da totalidade de itens está informado no importe de **R\$ 12.173,26 (doze mil cento e setenta e três reais e vinte e seis centavos).**

É o relatório.

Passo à manifestação.



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161 3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5954
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

II – Análise

Preliminarmente, cumpre salientar que a análise desta Assessoria Jurídica cinge-se aos aspectos jurídico-formais do instrumento editalício, não tendo por função avaliar questões de ordem técnica, atinentes, por exemplo, à essencialidade, bem como às especificidades do item(s) que se pretende adquirir, salvo casos de burla ao dever de licitar, fracionamento manifesto de objeto ou ainda, restrição ao caráter competitivo do certame.

Da mesma forma, a análise jurídica não compreende questões de ordem econômico-financeira, tais como, se haverá ou não recursos disponíveis para o pagamento das despesas, sendo certo que é obrigação do gestor prezar pelo efetivo adimplemento. De toda sorte, tal questão envolve previsibilidade orçamentária e há declaração no feito nesse sentido, consoante fl. 01 subscrita pelo Assessor Financeiro da FEAS.

Feitas tais considerações, esclareço que o Registro de Preços é utilizado quando há necessidade de contratações frequentes e situações em que não é possível apurar previamente o *quantitativo* unitário demandado pela Administração Pública, como na hipótese vertente.

No âmbito municipal, o sistema de registro de preços é regulamentado pelo Decreto Municipal nº 290 de 12 de abril de 2016, sendo definido no seu artigo 2º, inc. I como sendo “*um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras*”.

Ainda, o artigo 3º define que o sistema de Registro de Preços poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

V - para aquisição de equipamentos ou contratação de serviços de informática e de tecnologia da informação quando o julgamento da licitação for pelo critério de julgamento do menor preço.

In casu, pretende-se a aquisição de monitores de vídeo, para a Fundação Estadual de Atenção à Saúde (FEAS), que demanda a necessidade de frequentes contratações, não sendo possível *a priori* determinar previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, sendo viável a compra através de Registro de Preços.

Também é válido salientar que *a existência de registro de preços não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada ao fornecedor registrado em igualdade de condições*, nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal 290/2016.



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161 3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5954
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

De acordo com o item 1.1. do Edital consta o critério de julgamento de **menor preço por item** o que atende *a priori* os princípios da vantajosidade e economicidade que norteiam as contratações públicas, ampliando a margem de participação de licitantes.

No que tange aos documentos exigidos a título de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômica financeira, verifica-se que estão de acordo com o que preconizam os artigos 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

No caso em comento consta no preâmbulo do Edital justificativa de que os itens deste certame são destinados à participação exclusiva de ME/EPP.

Some-se ainda a aprovação da minuta em sua versão final, pela autoridade promotora do certame, na forma exigida pelo artigo 50 § 1º do Decreto Municipal 610/2019.¹

III – Considerações Finais

Portanto, **opino favoravelmente à aprovação da minuta, encontrando-se o certame em condições de ser prosseguido.**

Ressalto também, por medida de prudência e cautela, que a Diretoria Administrativa e Geral sempre avalie e reavalie, se for o caso, **a necessidade e legitimidade da despesa** solicitada no presente feito.

Publique-se na forma da lei, respeitando-se o prazo entre a publicação da convocação e a data de apresentação das propostas e lances, cf. inc. III do art. 17 do Dec. Municipal nº 1.235/03.

É o parecer. S.M.J.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2023.

PEDRO HENRIQUE IGINO BORGES
Assessor Jurídico FEAS

¹ §1º É condição para a emissão de parecer por Procurador do Município a completa instrução dos procedimentos e a aprovação da minuta do edital pelo órgão promotor.
Parecer - AJUR 063/2023



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA : FEAS / FEASAJUR - JURIDICO

Encaminhamento processo para ajustes.

Curitiba , 27 de fevereiro de 2023 - 13:45:50

Assinado eletronicamente por MIRELLE PEREIRA FONSECA - 1822 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 16/05/2023 às 09:55:13



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASAJUR - JURIDICO

PARA : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Encaminhado Parecer da Assessoria Jurídica, após ajustes no mesmo.

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

8.1 - PARECER 063-2023 - PREGÃO - REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE MONITORES DE VÍDEO.PDF

Curitiba , 28 de fevereiro de 2023 - 13:38:47

Assinado eletronicamente por JULIANA MARA MAIA DE ANDRADE VIEIRA - 7194 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 01/03/2023 às 09:55:13



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161 3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5954
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

P.A. nº 026/2023

Interessada: Fundação Estatal de Atenção à Saúde - FEAS.

Assunto: Pregão Eletrônico para aquisição de monitores de vídeo, para a Fundação Estatal de Atenção à Saúde (FEAS), pelo período de 12 (doze) meses.

Parecer AJUR n.º 063/2023

Ementa: Análise de Edital, nos termos do art. 53, da Lei nº 14.133/2021. Minuta que atende aos requisitos do Decreto Municipal nº 290 de 12 de abril de 2016, Decreto 610/2019 e Decreto nº 1235/2003, de 17 de dezembro de 2003.
Aprovação.

I – Relatório

Trata-se de Minuta de Edital de Pregão Eletrônico s/n, para aquisição de monitores de vídeo, para a Fundação Estatal de Atenção à Saúde (FEAS), itens essenciais para a Fundação Estatal de Atenção à Saúde.

Consta ao feito:

- Justificativa da demanda (fl. 03);
- Estudo técnico preliminar (fls. 04/24);
- Termo de referência (fls. 25/42);
- Termo de contrato (fls. 43/57);
- Referencial de preços (fl.58/64);
- Declaração de disponibilidade de recursos financeiros (fl. 65);
- Indicação de gestor suplente (fl.09);
- Declaração do autorizador de despesas (fl. 70);
- Designação de pregoeiros publicada em DOM (fl. 73);
- Aprovação da minuta pela autoridade solicitante (fl. 74);
- Minuta do edital e seus anexos (fls. 75/134);

O valor estimado da totalidade de itens está informado no importe de **R\$ 12.173,26 (doze mil cento e setenta e três reais e vinte e seis centavos).**

É o relatório.

Passo à manifestação.



Assessoria Jurídica
 Rua Cap. Argemiro Monteiro
 Wanderley, 161 3º andar
 Capão Raso – Curitiba/PR
 CEP 81.312-170
 (41) 3316-5954
 www.feaes.curitiba.pr.gov.br

II – Análise

Preliminarmente, cumpre salientar que a análise desta Assessoria Jurídica cinge-se aos aspectos jurídico-formais do instrumento editalício, não tendo por função avaliar questões de ordem técnica, atinentes, por exemplo, à essencialidade, bem como às especificidades do item(s) que se pretende adquirir, salvo casos de burla ao dever de licitar, fracionamento manifesto de objeto ou ainda, restrição ao caráter competitivo do certame.

Da mesma forma, a análise jurídica não compreende questões de ordem econômico-financeira, tais como, se haverá ou não recursos disponíveis para o pagamento das despesas, sendo certo que é obrigação do gestor prezar pelo efetivo adimplemento. De toda sorte, tal questão envolve previsibilidade orçamentária e há declaração no feito nesse sentido, consoante fl. 65 subscrita pelo Assessor Financeiro da FEAS.

Feitas tais considerações, esclareço que o Registro de Preços é utilizado quando há necessidade de contratações frequentes e situações em que não é possível apurar previamente o *quantitativo* unitário demandado pela Administração Pública, como na hipótese vertente.

No âmbito municipal, o sistema de registro de preços é regulamentado pelo Decreto Municipal nº 290 de 12 de abril de 2016, sendo definido no seu artigo 2º, inc. I como sendo “*um conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens para contratações futuras*”.

Ainda, o artigo 3º define que o sistema de Registro de Preços poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;

II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida ou em regime de tarefa;

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração;

V - para aquisição de equipamentos ou contratação de serviços de informática e de tecnologia da informação quando o julgamento da licitação for pelo critério de julgamento do menor preço.

In casu, pretende-se a aquisição de monitores de vídeo, para a Fundação Estadual de Atenção à Saúde (FEAS), que demanda a necessidade de frequentes contratações, não sendo possível *a priori* determinar previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração, sendo viável a compra através de Registro de Preços.

Também é válido salientar que *a existência de registro de preços não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para aquisição pretendida, assegurada ao fornecedor registrado em igualdade de condições*, nos termos do artigo 15 do Decreto Municipal 290/2016.



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161 3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
(41) 3316-5954
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

De acordo com o item 1.1. do Edital consta o critério de julgamento de **menor preço por item** o que atende *a priori* os princípios da vantajosidade e economicidade que norteiam as contratações públicas, ampliando a margem de participação de licitantes.

No que tange aos documentos exigidos a título de habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação técnica e econômica financeira, verifica-se que estão de acordo com o que preconizam os artigos 62 a 70 da Lei 14.133/2021.

No caso em comento consta no preâmbulo do Edital justificativa de que os itens deste certame são destinados à participação exclusiva de ME/EPP.

Some-se ainda a aprovação da minuta em sua versão final, pela autoridade promotora do certame, na forma exigida pelo artigo 50 § 1º do Decreto Municipal 610/2019.¹

III – Considerações Finais

Portanto, opino favoravelmente à aprovação da minuta, encontrando-se o certame em condições de ser prosseguido.

Ressalto também, por medida de prudência e cautela, que a Diretoria Administrativa e Geral sempre avalie e reavalie, se for o caso, a necessidade e legitimidade da despesa solicitada no presente feito.

Publique-se na forma da lei, respeitando-se o prazo entre a publicação da convocação e a data de apresentação das propostas e lances, cf. inc. III do art. 17 do Dec. Municipal nº 1.235/03.

É o parecer. S.M.J.

Curitiba, 17 de fevereiro de 2023.

PEDRO HENRIQUE IGINO BORGES
Assessor Jurídico FEAS

¹ §1º É condição para a emissão de parecer por Procurador do Município a completa instrução dos procedimentos e a aprovação da minuta do edital pelo órgão promotor.
Parecer - AJUR 063/2023



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA : FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

Prezados,

Envio o documento em anexo para recolhimento de assinaturas.

Respeitosamente,

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

9.1 - APROVAÇÃO DO PARECER.PDF

Curitiba , 22 de março de 2023 - 10:04:08

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:13



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

Processo Administrativo nº 26/2023 – Feas

- I – Ciente do Parecer Jurídico nº 63/2023 – Ajur/Feas.
- II – Possui condições de prosseguimento o presente processo;
- III – Portanto, respeitando as formalidades legais, publique-se o Edital de Embasamento do Pregão Eletrônico.

Curitiba, 22 de março de 2023.

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral Feas

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANE EUFRÁSIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:13



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

PARA : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Segue documento assinado.

Curitiba , 22 de março de 2023 - 10:51:43

Assinado eletronicamente por Eduardo Augusto Lous - 3412 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:13



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA : FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

Prezado,

Encaminho o documento em anexo para assinatura na forma da lei.

Atenciosamente,

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

11.1 - EDITAL DE EMBASAMENTO.PDF

Curitiba , 22 de março de 2023 - 14:16:52

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:13



PREGÃO ELETRÔNICO

45/2023

CONTRATANTE (928285)

Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas.

OBJETO

Aquisição de monitores de vídeo, nos termos das especificações abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 12.173,26.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/04/2023 às 08:40 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por item.

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado.

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS SIM.



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Sumário

1.	DO OBJETO.....
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....
3.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....
4.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....
5.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....
6.	DA FASE DE JULGAMENTO.....
7.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....
8.	DOS RECURSOS.....
9.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....
10.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....
11.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 27 em 10/05/2023 às 09:55:13

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2023.**

(Processo Administrativo nº 26/2023)

Torna-se público que a Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas, por meio Comissão Permanente de Licitações, sediada na R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161, 3º andar, Capão Raso – Curitiba/PR, CEP 81.130-160, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital. O Pregoeiro e equipe de apoio designados por meio da Portaria n.º 96/2022 – Feas, responsáveis por este Pregão Eletrônico são: Pregoeiro: Juliano Eugenio da Silva. Equipe de Apoio: Mirelle Pereira Fonseca e Veridiane De Paula Macedo Sotto Maior.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a aquisição de monitores de vídeo conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Para o item 01 desta licitação, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.5.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

2.7. Não poderão disputar esta licitação:

2.7.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.7.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.7.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.7.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.7.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

2.7.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. pessoas jurídicas reunidas em consórcio, visando a ampliação da disputa, em especial por se tratar de item de baixa complexidade.

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2. e 2.7.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2. e 2.7.3. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1. e 7.11.1. deste Edital.

3.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

3.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

3.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4. ou 3.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário do item;

4.1.2. Marca;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas;

4.9.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.

4.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

5.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.8. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior ou percentual de desconto superior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de R\$ 1,00 (um real)*.

5.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.13.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.13.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.14. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5.14.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 5.14., poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

5.14.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.14.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.14.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.14.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.14.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

5.21.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

5.22.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2. empresas brasileiras;

5.22.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.23.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.23.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.23.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.23.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.23.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

e) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos – CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU;.

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, no caso do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNCIA), do CNJ, também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1. e 3.6. deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. conter vícios insanáveis;

6.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

6.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.14. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.15. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.16. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.17. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.2.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.3. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.3.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

7.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

7.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

7.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

7.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

7.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.11.1..

7.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

7.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.feas.curitiba.pr.gov.br.

9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

9.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

9.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

9.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

9.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

9.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

9.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

9.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

9.1.5. fraudar a licitação

9.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

9.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

9.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

9.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

9.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

9.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. advertência;

9.2.2. multa;

9.2.3. impedimento de licitar e contratar e

9.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. as peculiaridades do caso concreto

9.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

9.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

9.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 **dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3., quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4., 9.1.5., 9.1.6., 9.1.7. e 9.1.8., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1., 9.1.2. e 9.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

9.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelos seguintes meios:* julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.feas.curitiba.pr.gov.br.

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.11.1. ANEXO I – Termo de Referência

11.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

11.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

Curitiba, 23 de março de 2023.

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral Feas



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Anexo 1

Termo de referência

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **monitores de vídeo**, nos termos das especificações abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI)

- Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas;
- Tipo LED, colorido;
- Ter no mínimo as conexões:
 - o 1x Display Port
 - o 1x HDMI
- Ter 21,5 polegadas ou mais;
- Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels;
- Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de $\pm 100/127$ a $\pm 208/220$ VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos;
- Cor predominante preta;
- Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento;
- Garantia: 1 ano.

Quantidade: 11 unidades.

Valor máximo permitido: R\$ R\$ 1.106,66.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo “*bem de luxo*”.

1.3. Por se tratar de produtos de uso comum no mercado e que podem ser objetiva e concisamente definidos, estes itens são considerados bens comuns e, portanto, totalmente aplicáveis à modalidade pregão.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.4. O prazo de vigência da contratação é de ao menos 12 meses, conforme garantia do produto, contados da data de recebimento definitivo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da exigência de amostra

4.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar, a critério da administração, poderá ser chamado a apresentar amostra, que terá data, local e horário de realização de análise divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.2. As amostras deverão ser entregues no endereço R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161, 3º andar, Capão Raso – Curitiba/PR, CEP 81.130-160, no prazo limite de sete dias, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.3. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

4.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.5. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

a) descritivo técnico constante acima.

4.6. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.7. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.8. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.9. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.10. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

Subcontratação

4.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.12. Não haverá exigência da garantia da contratação.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados do recebimento da ordem de compra, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 7 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161, 3º andar, Capão Raso – Curitiba/PR, CEP 81.130-160.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.5. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.6. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.7. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.8. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.9. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 dias úteis, contados a partir da data de retirada do

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.10. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.11. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.12. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.13. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.14. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. A fiscalização técnica do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7.1. A fiscalização técnica do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, a fiscalização técnica do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.7.3. A fiscalização técnica do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, a fiscalização técnica do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.7.5. A fiscalização técnica do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.8. A fiscalização administrativa do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, a fiscalização administrativa do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pela fiscalização técnica, administrativa e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

6.10. A fiscalização administrativa do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 7 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 15 dias para fins de liquidação, na forma desta seção.

7.8.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.3. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.4. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

8.11. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal relativa aos Tributos Municipais da sede da proponente, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou Certidão Positiva com efeito de Negativa ou documento equivalente do Município do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial,



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

8.23. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo positivo.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

8.26. Os interessados que se enquadrarem como Microempreendedor Individual - MEI estão dispensados da apresentação de Balanço Patrimonial, nos termos da legislação vigente.

Qualificação Técnica

8.27. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.27.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.27.1.1. Entrega de monitores de vídeo.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

8.27.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.27.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.27.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$., conforme custos unitários apostos na acima.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em contrato de gestão, celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas, além de outras receitas.

Curitiba, 01 de fevereiro de 2023.

Tiago Cândido De Mello
Coordenador de TI



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Apêndice do Anexo 1 – Estudo Técnico Preliminar

UASG 928285

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Introdução

2.1. Este documento apresenta o estudo técnico preliminar que serve essencialmente para assegurar a viabilidade técnica da contratação e embasar o termo de referência. A estrutura deste documento encontra respaldo no arcabouço técnico legal acerca das contratações de serviços não continuados de natureza comum.

3. Motivação/Justificativa

Aquisição de monitores para microcomputadores institucionais para as atividades desta instituição que sejam necessários para substituir ou acrescentar os equipamentos existentes.

A aquisição destes equipamentos faz-se necessária em virtude da necessidade permanente de utilização de sistemas e meios de tecnológicos que permitam que os servidores de cargos estratégicos, destacados na gestão, devido às atribuições dos cargos, desenvolvam atividades de suas competências se beneficiando deste recurso tecnológicos, seja em reuniões ou outras demandas administrativas. A aquisição de telas monitores contribuirá com a facilitação do desenvolvimento das atividades relacionadas à missão institucional, em outras palavras, justifica-se tal despesa na necessidade de otimização das ações de administração.

Vários setores da Feas fazem uso de monitor de vídeo extra, e tais atividades vem se expandindo, em especial, pela constante informatização dos processos. As principais atribuições são: comparação de documentos jurídicos, uso vertical do monitor para visualização integral de documentos, acesso remoto para suporte pela equipe de TI, transposição de agendas de exames e consultas pela equipe da Central de Imagens ao fazer uso simultâneo dos sistemas Tasy e E-Saúde, etc.

4. Descrição da necessidade

ID	DESCRIÇÃO
1.	Aquisição de Monitores de Vídeo 21,5"

3.1 Identificação das necessidades de negócio

3.1.1. As necessidades de negócio, também chamadas de requisitos do negócio, segundo o Corpo de Conhecimento de Análise de Negócios (Guia BABOK v. 2.0), são metas de mais alto nível, objetivos ou necessidades da organização. Descrevem as razões pelas quais um projeto foi iniciado, os objetivos que o projeto vai atingir e as métricas que serão utilizadas para medir o seu sucesso. Nesse sentido, a presente seção visa descrever as necessidades de negócios que conduzirão as análises de soluções e definição daquela considerada mais adequadas tais objetivos organizacionais, conforme relação a seguir:

- a) Permitir a agregação de um volume significativo de demanda ao mercado fornecedor e, com isso, obter potencialmente melhores ofertas tanto em termos financeiros quanto técnicos;
- b) Assegurar que os equipamentos possuam uma garantia e suporte ao longo de sua vida útil;

1 de 4

7.1. Os produtos elencados atendem as necessidades descritas no item 2 deste estudo técnico. Foram observados os aspectos de viabilidade mercadológica, economicidade, eficácia, eficiência e padronização. As pesquisas de preços foram realizadas previamente, utilizando o sistema de pesquisa disponível no gov.br/compras, objetivando aproximar ao máximo ao valor de referência dos itens aqui presentes, tendo em vista o interesse público e o princípio da economicidade. Os resultados obtidos consistem em uma cesta de preços aceitáveis.

2 de 4



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

UASG 928285

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

8. Descrição da solução como um todo

Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI)

- Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas;
- Tipo LED, colorido;
- Ter no mínimo as conexões:
 - o 1x Display Port
 - o 1x HDMI
- Ter 21,5 polegadas ou mais;
- Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels;
- Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de $\pm 100/127$ a $\pm 208/220$ VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos;
- Cor predominante preta;
- Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento;
- Garantia: 1 ano.

9. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Levando em consideração a necessidade de equipamentos que necessitam de substituição, bem como uma margem para futuras trocas e ampliação, o número de equipamentos é o que segue:

11xx monitores.

10. Estimativa do Valor da Contratação

A pesquisa de preços preliminar foi realizada mediante o Pannel de Preços, disponível no sistema gov.br/compras. Foram privilegiados os preços tendo em vista três aspectos essenciais: quantidade (aproximada à presente compra); tempo (preços mais recentes possíveis); e região (preços de regiões próximas ao nosso local de compra). Tal cenário buscou aproximar o máximo possível ao atual mercado.

ITEM	Descrição do Bem	Quantidade	Valor Unitário pesquisado 1	Valor Unitário pesquisado 2	Valor Unitário pesquisado 3	Média
1	Monitor de vídeo	11	R\$ 1.140,00	R\$ 980,00	1.200,00	R\$ 1.106,66
VALOR TOTAL						R\$ 12.173,26

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Trata-se de um item somente a ser adquirido por um único fornecedor, trazendo economicidade e vantajosidade quanto a gestão do contrato.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

UASG 928285

Estudo Técnico Preliminar 1/2023

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não serão necessárias contratações correlatadas ou interdependentes.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A aquisição está alinhada aos planos estratégicos da instituição, em especial a informatização dos processos, trazendo eficiência à gestão e ao desenvolvimento dos trabalhos.

14. Resultados Pretendidos

14.1. A aquisição das telas monitores trará melhores condições para as atividades de gestão, bem como maior eficiência para os trabalhos realizados nos setores administrativos.

15. Providências a serem Adotadas

15.1. Todas as providências cabíveis, como capacitação de servidores e adequação da infraestrutura estão previstas no objeto do presente estudo, motivo pelo qual se dispensa quaisquer demais providências.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Não se vislumbram.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

Por todo o exposto acima, a contratação é viável, gera economicidade, eficiência e desenvolvimento da gestão.

18. Responsáveis

Documento assinado digitalmente
TIAGO CANDIDO DE MELLO
Data: 01/02/2023 09:28:23-0300
Verifique em <https://verificador.br.br>

TIAGO CANDIDO DE MELLO
Coordenador de TI

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

ANEXO 2 – Minuta de Termo de Contrato

Termo de Contrato

**Contrato Administrativo nº/....., que fazem
entre si a Feas, e a
Empresa**

Aos dias do mês de do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado a Fundação Estatal De Atenção à Saúde, doravante denominada contratante, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83, neste ato representada pelo Diretor Geral,, CPF/MF e pelo Diretor Administrativo Financeiro, CPF/MF n.º, assistidos pelo Assessor Jurídico, OAB/PR n.º, e de outro lado a empresa, com sede à, inscrita no CNPJ sob o n.º, neste ato representada por, inscrito no CPF sob o n.º, tendo em vista o que consta no Processo n.º e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do pregão eletrônico n.º .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de (prazo de garantia do produto), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.5. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

1.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.7. PREÇO

1.7.1. O valor total da contratação é de R\$...... (valor da proposta vencedora).

1.7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

1.8. FORMA DE PAGAMENTO

1.8.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

1.8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.9. PRAZO DE PAGAMENTO

1.9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

1.9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

1.9.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

1.10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1.10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

1.10.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

1.10.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

1.10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

1.10.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

1.10.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

1.10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

1.10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.10.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

1.10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

1.10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.10.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.10.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 1.11. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em __/__/__ (data do pregão).
- 1.12. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 1.13. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 1.14. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 1.15. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 1.16. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 1.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 1.18. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 1.19. São obrigações do Contratante:
- 1.19.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 1.19.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 1.19.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 1.19.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 1.19.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
 - 1.19.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
 - 1.19.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 1.19.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

1.19.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

1.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

1.21. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.21.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

1.21.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

1.21.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

1.21.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.21.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.21.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.21.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.21.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

comproven a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.21.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

1.21.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

1.21.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

1.21.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.21.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

1.21.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

1.21.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

1.21.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

1.21.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

1.21.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

1.21.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

1.21.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.21.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

1.21.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

1.21.22. Caso necessário, realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) local(is) indicados no termo de referência;

1.21.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

1.22. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.23. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- s) der causa à inexecução parcial do contrato;
- t) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- u) der causa à inexecução total do contrato;
- v) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- w) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- x) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- y) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- z) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- aa) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- bb) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- cc) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- dd) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.24. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)

iv) **Multa:**

- (1) moratória de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 dias;
- (2) compensatória de 10% sobre o valor remanescente do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

1.25. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

1.26. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

1.26.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

1.26.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.26.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.27. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.28. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.29. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

1.30. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

1.31. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

1.32. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.33. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.34. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

1.34.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.1.1.1. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.1.1.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 1.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 1.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 1.2.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em contrato de gestão, celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas,



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

bem como outras receitas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.4. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.8. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

1.9. É eleito o foro da cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

, de de 20.....

Representantes legais do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-
2-



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

PARA : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Segue documento assinado.

Curitiba , 27 de março de 2023 - 14:55:53

Assinado eletronicamente por Eduardo Augusto Lous - 3412 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:13



Prefeitura Municipal de Curitiba

Termo de Anexação de Arquivos

01-029453/2023

Nesta data juntamos ao presente, por anexação o(s) arquivo(s) eletrônico(s) abaixo relacionado(s), a fim de subsidiar a instrução processual.

13.1 - AVISO_DE_LICITACAO_ASSINADO.PDF

13.2 - PUBLICAÇÃO AVISO EM DOM.PDF

13.3 - PREVISÃO FINANCEIRA PARA PAGAMENTO DA PUBLICAÇÃO.PDF

13.4 - PUBLICAÇÃO AVISO EM JORNAL.PDF

13.5 - PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.PDF

Anexo documentos referentes à publicidade do certame.

Curitiba , 30 de março de 2023 - 13:58:51

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:13



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO

A Fundação Estatal De Atenção À Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, com as seguintes características:

Processo Administrativo nº: 26/2023.

Pregão Eletrônico nº: 45/2023.

Pregão exclusivo para ME/EPP

Objeto: Aquisição de monitores de vídeo, nos termos das especificações.

Valor total estimado do pregão: R\$ 12.173,26.

Data/horário para envio de proposta(s): a partir do dia 23/03/2023 às 08:00 h até o dia 10/04/2023 às 08:40 h.

Início da sessão pública de disputa: 10/04/2023 – a partir das 08:40 h.

As propostas e lances deverão ser encaminhados via internet respeitando a data e horários determinados acima. O portal em que ocorrerá a disputa é o www.compras.gov.br.

O edital está à disposição dos interessados no portal de compras da Feas: www.compras.gov.br bem como no site da Feas: www.feas.curitiba.pr.gov.br.

Somente poderão participar do envio de lances as empresas que estiverem devidamente cadastradas no portal de compras da Feas (www.compras.gov.br) e que apresentarem propostas.

Informações pelos fones: (41) 3316-5927; 3316-5967.

Curitiba, 23 de março de 2023.

Juliano Eugenio da Silva
Pregoeiro



Evento: Casa Hoffmann – 20 Anos
Processo Administrativo: 01-066703/2023
Período de 24/03 a 10/04/2023
Valor: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)
Fundação Cultural de Curitiba, 23 de março de 2023.
Ana Cristina de Castro : Presidente da Fundação Cultural de Curitiba

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE - FEAS

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

A Fundação Estatal De Atenção À Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, com as seguintes características:
Objeto: "Registro de preços para futuro fornecimento de medicamentos para suprir as necessidades das unidades geridas pela Fundação Estatal de Atenção à Saúde– Feas pelo período de 12 (doze) meses"

Processo Administrativo nº: 47/2023.

Pregão Eletrônico nº: 44/2023.

Pregão com itens ampla concorrência, item exclusivo ME/EPP e cota reservada.

Objeto: "Registro de preços para futuro fornecimento de medicamentos para suprir as necessidades das unidades geridas pela Fundação Estatal de Atenção à Saúde– Feas pelo período de 12 (doze) meses"

Valor total estimado do pregão: R\$ 832.632,60.

Data/horário para envio de proposta(s): a partir do dia 23/03/2023 às 08:00 h até o dia 06/04/2023 às 08:30 h.

Início da sessão pública de disputa: 06/04/2023 – a partir das 08:40 h.

As propostas e lances deverão ser encaminhados via internet respeitando a data e horários determinados acima. O portal em que ocorrerá a disputa é o www.compras.gov.br.

O edital está à disposição dos interessados no portal de compras da Feas: www.compras.gov.br bem como no site da Feas:

www.feaes.curitiba.pr.gov.br.

Somente poderão participar do envio de lances as empresas que estiverem devidamente cadastradas no portal de compras da Feas (www.compras.gov.br) e que apresentarem propostas.

Informações pelos fones: (41) 3316-5927; 3316-5967.

Fundação Estatal de Atenção à Saúde, 22 de março de 2023.

Sezifredo Paulo Alves Paz : Diretor Geral

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO



A Fundação Estatal De Atenção À Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, com as seguintes características:
Pregão Eletrônico nº: 45/2023. Objeto: Aquisição de monitores de vídeo, nos termos das especificações.

Processo Administrativo nº: 26/2023.

Pregão Eletrônico nº: 45/2023.

Pregão exclusivo para ME/EPP

Objeto: Aquisição de monitores de vídeo, nos termos das especificações.

Valor total estimado do pregão: R\$ 12.173,26.

Data/horário para envio de proposta(s): a partir do dia 23/03/2023 às 08:00 h até o dia 10/04/2023 às 08:40 h.

Início da sessão pública de disputa: 10/04/2023 – a partir das 08:40 h.

As propostas e lances deverão ser encaminhados via internet respeitando a data e horários determinados acima. O portal em que ocorrerá a disputa é o www.compras.gov.br.

O edital está à disposição dos interessados no portal de compras da Feas: www.compras.gov.br bem como no site da Feas: www.feaes.curitiba.pr.gov.br.

Somente poderão participar do envio de lances as empresas que estiverem devidamente cadastradas no portal de compras da Feas (www.compras.gov.br) e que apresentarem propostas.

Informações pelos fones: (41) 3316-5927; 3316-5967.

Fundação Estatal de Atenção à Saúde, 22 de março de 2023.

Sezifredo Paulo Alves Paz : Diretor Geral

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 45/2023.

Dispensa de Licitação nº 6/2023.

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Clipping Jurídico (publicações eletrônicas) com fornecimento de informações para a Assessoria Jurídica da Feas, pelo período de 12 (doze) meses.

Ratifico o ato de contratação da empresa "Atitude Distribuição De Boletins Jurídicos Ltda.", inscrita no CNPJ nº 11.414.843/0001-50, mediante dispensa de licitação prevista no artigo 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, lastreada em posicionamento jurídico parecer nº 106/2023, conforme o Processo Administrativo nº 45/2023 – Feas, de 16/03/2023, Dispensa de Licitação nº 6/2023 e com espeque no artigo 20 do Decreto nº 2.028/2011.

Objeto da contratação: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de Clipping Jurídico (publicações eletrônicas) com fornecimento de informações para a Assessoria Jurídica da Feas, pelo período de 12 (doze) meses.

Valores: Valor total de R\$ 1.188,00.

Fundação Estatal de Atenção à Saúde, 23 de março de 2023.

Zimbra

julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br

Re: Publicação de aviso de licitação em jornal de grande circulação local

De : Denilson Blank
<deblank@feas.curitiba.pr.gov.br>

qua., 22 de mar. de 2023 15:27

📎 4 anexos

Assunto : Re: Publicação de aviso de licitação em jornal de grande circulação local

Para : Juliano Eugenio da Silva
<julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Tem Previsão Financeira.



Denilson Blank
Assessor Financeiro
Financeiro
(41) 3316-5911 | deblank@feas.curitiba.pr.gov.br

De: "Juliano Eugenio da Silva" <julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Para: "Denilson Blank" <deblank@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviadas: Quarta-feira, 22 de março de 2023 15:10:12

Assunto: Fwd: Publicação de aviso de licitação em jornal de grande circulação local

Olá,

Solicito previsão financeira para pagamento da despesa abaixo.

Paz e Bem,



Juliano da Silva
Presidente CPL - Pregoeiro
Comissão Permanente de Licitações
(41) 3316-5728 | feas.curitiba.pr.gov.br

De: "Amonaria" <amonaria@bemparana.com.br>

Para: "Silvia Regina do Prado Guinsk" <sguinsk@curitiba.pr.gov.br>, "comercial" <comercial@bemparana.com.br>

Cc: "publicidadelegalsmcs" <publicidadelegalsmcs@curitiba.pr.gov.br>, "Juliano Eugenio da Silva" <julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviadas: Quarta-feira, 22 de março de 2023 14:47:48

Assunto: Re: Fwd: Publicação de aviso de licitação em jornal de grande circulação local

Boa tarde Sílvia

R\$ 420,42

formato 2x13cm

Em 22/03/2023 12:09, Silvia Regina do Prado Guinsk escreveu:

Bom dia Amonaria, tudo bem?

BEM PARANÁ

Solicitamos diagramação e orçamento para publicação do aviso de licitação
- PE 45/2023, anexo.

Data da publicação: **23 de março (5.^a feira)**

Grata,

 CURITIBA	Silvia Guinsk Administrativo/Financeiro Secretaria Municipal da Comunicação Social (41) 3350-8574 Av. Cândido de Abreu, 817 Centro Cívico - (41) 3350-8484 www.curitiba.pr.gov.br    
--	---

De: "Juliano Eugenio da Silva" <julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Para: "Silvia Guinsk" <sguinsk@smcs.curitiba.pr.gov.br> ,

"publicidadelegalsmcs" <publicidadelegalsmcs@curitiba.pr.gov.br>

Enviadas: Quarta-feira, 22 de março de 2023 12:00:08

Assunto: Publicação de aviso de licitação em jornal de grande circulação local

Prezadas,

Necessito publicar o aviso de licitação de pregão eletrônico que segue em anexo, em jornal de grande circulação local.

A data para publicação seria em 23/03 (quinta-feira).

Paz e Bem,



Juliano da Silva
Presidente CPL - Pregoeiro
Comissão Permanente de Licitações
(41) 3316-5728 | feas.curitiba.pr.gov.br

--

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 45/2023

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, com as seguintes características: Processo Administrativo n.º 26/2023. Pregão exclusivo para ME/EPP.

OBJETO: Aquisição de monitores de vídeo, nos termos das especificações.

VALOR TOTAL ESTIMADO DO PREGÃO: R\$ 12.173,26
DATA/HORÁRIO PARA ENVIO DE PROPOSTA(S): a partir do dia 23/03/2023 às 08h até o dia 10/04/2023 às 08h40.
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA: 10/04/2023 – a partir das 08h40.

AS PROPOSTAS e lances deverão ser encaminhados via internet respeitando a data e horários determinados acima. O portal em que ocorrerá a disputa é o www.compras.gov.br.

O EDITAL está à disposição dos interessados no portal de compras da Feas: www.compras.gov.br bem como no site da Feas: www.feas.curitiba.pr.gov.br.

Somente poderão participar do envio de lances as empresas que estiverem devidamente cadastradas no portal de compras da Feas (www.compras.gov.br) e que apresentarem propostas. **INFORMAÇÕES** pelos fones: (41) 3316-5927; 3316-5967. Curitiba, 23 de março de 2023.

Juliano Eugenio da Silva
Pregoeiro

Sistema Fiepe
TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 3.0588/2022
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS (PLACAS, CIRCUITOS E COMPONENTES) PARA OS CURSOS TÉCNICOS DO SENAI-PR
DATA DE ABERTURA: 31 de março de 2023 às 09h00min.
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/>

Sistema Fiepe
TIPO: PREGÃO ELETRÔNICO N.º 3.0643/2022
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DIDÁTICOS (TINTAS, PISOS E REVESTIMENTOS, ELEMENTOS DE FIXAÇÃO E HIDROSSANITÁRIOS) PARA OS CURSOS TÉCNICOS DO SENAI-PR
DATA DE ABERTURA: 31 de março de 2023 às 14h00min.
LINK PARA ACESSO: <http://app2.fiepr.org.br/licitacao/html/>

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE RENOVACÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO SUBESTAÇÃO 230 KV CURITIBA CENTRO (SE 230 KV CTC)
A COPEL GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A. torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente - SMMA, a Renovação da Licença de Operação (RLO) nº 22000525 com validade até 06/03/2027, para a SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA 230 KV CURITIBA CENTRO (SE 230 KV CTC), localizada na Rua Engenheiro Leão Souin, esquina com a Avenida Comendador Franco, Bairro Jardim Botânico, Município de Curitiba, Estado do Paraná.

AVISO DE LEILÃO
Nº 01/2023**OBJETO: LEILÃO DE BENS INSERVÍVEIS**

ABERTURA: 18/04/2023 às 10:00 horas

Autorização: Maurício Rivabem – Prefeito de Campo Largo – Pr.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Os interessados poderão retirar o edital pelo site www.campolargo.atende.net e www.fulioleiloes.com.br

Edifício da Prefeitura Municipal de Campo Largo, aos 21 dias do mês de março de 2023.

MAURICIO RIVABEM
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: 017/2023; OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, COM ÁREA TOTAL DE 880,00 M², SITUADO NA RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº 366, ALTO DA COLINA, PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS; LOCADORA: DORACI MARIA SENEM KRAUSPENHAR, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 554.461.329-04, portadora do RG nº 1.020.226-4, residente e domiciliada na Rua 8, Casa 1, Condomínio Recanto da Serra, Bairro Nova Colina, na cidade de Sobradinho-DF; LOCATÁRIO: Município de Dois Vizinhos – Paraná. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, da Lei Federal 8.666/93; PERÍODO DA LOCAÇÃO: 12 (doze) meses; VALOR ESTIMADO: R\$ 41.799,96 (quarenta e um mil, setecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos); RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO: 22 de março de 2023, por Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná.

Luis Carlos Turatto - Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 44/2023

Fundação Estatal de Atenção à Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, com as seguintes características: Processo Administrativo n.º: 47/2023. Pregão com itens ampla concorrência, item exclusivo ME/EPP e cota reservada.

OBJETO: Registro de preços para futuro fornecimento de medicamentos para suprir as necessidades das unidades geridas pela Fundação Estatal de Atenção à Saúde- Feas pelo período de 12 (doze) meses.

VALOR TOTAL ESTIMADO DO PREGÃO: R\$ 832.632,60.

DATA/HORÁRIO PARA ENVIO DE PROPOSTA(S): a partir do dia 23/03/2023 às 08h até o dia 06/04/2023 às 08h30.
INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA DE DISPUTA: 06/04/2023 – a partir das 08h40.

AS PROPOSTAS e lances deverão ser encaminhados via internet respeitando a data e horários determinados acima. O portal em que ocorrerá a disputa é o www.compras.gov.br.

O EDITAL está à disposição dos interessados no portal de compras da Feas: www.compras.gov.br bem como no site da Feas: www.feas.curitiba.pr.gov.br.

Somente poderão participar do envio de lances as empresas que estiverem devidamente cadastradas no portal de compras da Feas (www.compras.gov.br) e que apresentarem propostas. **INFORMAÇÕES** pelos fones: (41) 3316-5927; 3316-5967. Curitiba, 23 de março de 2023.

William Cesar Barboza
Pregoeiro

**COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR**
CNPJ: 76.545.011/0001-19**EDITAL DE CONVOCAÇÃO****94ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

A Celepar, por meio do presidente do Conselho de Administração da companhia, João Elias de Oliveira, convoca seus acionistas para participarem da sua 94ª Assembleia Geral Extraordinária, que ocorrerá em 31 de março de 2023, sexta-feira, às 10h, por webconferência, com a seguinte pauta:

Item único: Alteração do artigo 33 do Estatuto Social da de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar.

ERRATA

No edital da TOMADA DE PREÇOS 7/2023 - Processo: 820/2023 – Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto na área de pavimentação em plataforma Building Information Modeling (BIM), na zona urbana e rural do Município de Carambei.

• EXCLUI-SE: QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA: ITEM: 05.2.3

b) Atestado de Capacidade Técnica em elaboração de Projeto Arquitetônico e de Paisagismo;

Os demais itens permanecem inalterados.

Carambei, 21 de março de 2023.

PAULO GEOVANNY DA SILVA
Presidente da Comissão de Licitação
Departamento de Compras e Licitações

ERRATA

No edital da TOMADA DE PREÇOS 82023 - Processo: 737/2023 – Contratação de empresa especializada para elaboração de projeto na área de pontes em plataforma Building Information Modeling (BIM), na área rural do Município de Carambei, sendo alargamento de 04 pontes e recuperação de 01 ponte (aduelas).

• EXCLUI-SE: QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA: ITEM: 05.2.3

b) Atestado de Capacidade Técnica em elaboração de Projeto Arquitetônico e de Paisagismo;

Os demais itens permanecem inalterados.

Carambei, 21 de março de 2023.

PAULO GEOVANNY DA SILVA
Presidente da Comissão de Licitação
Departamento de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**AVISO DE LICITAÇÃO**
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 070/2023 SMMA

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO
Nº 01-026812/2023.

OBJETO: contratação de empresa para a execução de serviços de engenharia para manutenção, conservação e readequação dos logradouros públicos da Regional Portão do município de Curitiba.

DATA/HORÁRIO ENVIO DE PROPOSTA: 10/04/2023 – 14h às 15h30.

DATA/HORÁRIO ENVIO DE LANCES: 10/04/2023 – 15h35 às 16h05.

AS PROPOSTAS deverão ser encaminhadas via internet na data e horários determinados acima.

O EDITAL está à disposição dos interessados no Portal de Compras Eletrônicas do Município de Curitiba: <https://e-compras.curitiba.pr.gov.br/>.

Os interessados deverão observar as condições de participação e de apresentação da proposta de preço e dos lances descritas no sistema e-Compras Curitiba e no edital de embasamento.

Michele de Paula Vergilio Lemes
Pregoeira

MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ**AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 003/2023 - PROCESSO Nº 051/2023**

OBJETO: Concessão da Permissão de Uso para exploração a título precário e oneroso, de 06 (seis) quiosques identificados sob os nos 01, 03, 05, 07, 08, 09, de propriedade do município, destinados exclusivamente ao comércio de gêneros alimentícios de lanchonete, sorveteria, bomboniere, floricultura, artigos religiosos e esotéricos, acessórios elétricos, eletrônicos e de informática e/ou artigos de artesanato em geral; instalados no Calçadão Manuel Arrabaca Ribeirette. - **VALOR MENSAL MÍNIMO ADMITIDO POR QUIOSQUE:** 05 (cinco) URM's - Unidades de Referência do Município, para o quiosque nº 01, perfazendo nos valores atuais o montante de R\$ 500,00 (quinhentos reais), e de no mínimo 03 (três) URM's - Unidades de Referência do Município, para demais quiosques nº 03, 05, 07, 08 e 09, perfazendo nos valores atuais o montante de R\$ 300,00 (trezentos reais). - **ABERTURA:** 25/04/2023, às 09h00min. - **EDITAL:** Disponível no site www.santoantoniodaplatina.atende.net, - **INFORMAÇÕES E ELEMENTOS:** Fones/Mail: (43) 3534-8700; e-mail: licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br. Santo Antônio da Platina/PR, 22 de março de 2023 - ELTON ELIAS PINTO - Presidente da Comissão Permanente de Licitação

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO**

PROCESSO: 016/2023; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAR SUPORTE, CONFIGURAÇÃO E LICENCIAMENTO DE RELÓGIO PONTO DIGITAL; CONTRATADA: J.J. ALBERTI & CIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 82.203.845/0001-49, sediada na Avenida Tarumã, nº 1833, Sala 01, Centro, na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná, CEP 85.460-000, E-mail: jaciralberti@gmail.com e telefone (46) 99973-0550, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada por seu responsável legal o(a) Sr.(a) Jacir Jose Alberti, CPF nº 502.199.799-87 e RG nº 3.366.510-5; CONTRATANTE: Município de Dois Vizinhos - Paraná; FUNDAMENTO LEGAL: Fundamenta-se tal contratação, baseando-se no disposto no Artigo 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93; PRAZO: 12 (doze) meses a contar da data de assinatura; RECONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO: 20 de março de 2023, por Luis Carlos Turatto, Prefeito de Dois Vizinhos - Paraná.

Luis Carlos Turatto
Prefeito

www.bemparana.com.br

BEM
PARANÁ 3350.6620

Edital nº 00045/2023

Acessar Contratação

Última atualização 23/03/2023

Local: Curitiba/PR **Órgão:** ESTADO DO PARANA**Unidade compradora:** 928285 - FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE/PR**Modalidade da compra:** Pregão - Eletrônico **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital**Modo de Disputa:** Aberto-Fechado **Registro de preço:** Não**Data de divulgação no PNCP:** 23/03/2023 **Situação:** Divulgada no PNCP**Data de início de recebimento de propostas:** 23/03/2023 08:00 (horário de Brasília)**Data fim de recebimento de propostas:** 10/04/2023 08:40 (horário de Brasília)**Id contratação PNCP:** 76416940000128-1-000213/2023 **Fonte:** Compras.gov.br**Objeto:**

Aquisição de monitores de video, nos termos das especificações.


Informação complementar:

Para as respostas de esclarecimentos e impugnações deste edital acesse o link: <https://www.comprasnet.gov.br/acesso.asp?url=/quadro-928285-05-00045-2023>

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 12.173,26

Itens **Arquivos** Histórico

Nome ↕	Data ↕	Tipo ↕	Baixar ↕
92828505000452023000	23/03/2023	Edital	

Exibir: 1-1 de 1 itens

Página

< >

 Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a

compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

✉ <https://portaldeservicos.economia.gov.br>

☎ 0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - em 10/05/2023 às 09:55:13



Prefeitura Municipal de Curitiba

Termo de Anexação de Arquivos

01-029453/2023

Nesta data juntamos ao presente, por anexação o(s) arquivo(s) eletrônico(s) abaixo relacionado(s), a fim de subsidiar a instrução processual.

14.1 - ATA DO PREGÃO.PDF

14.2 - ANÁLISE TIAGO.PDF

14.3 - PE452023 - FEAS -CAPÃO RASO PR - PROPOSTA.PDF

14.4 - MN801 - MONITOR MULTI 24 POL. 60HZ OFFICE ULTRA - MN801.PDF

14.5 - SICAF.PDF

14.6 - ATESTADO CAP TÉCNICA.PDF

14.7 - ATESTADO DE CAPCIDADE TECNICA - ACESSE INFORMATICA.PDF

14.8 - CONSULTA IMPEDIMENTOS.PDF

14.9 - SÓCIOS.PDF

14.10 - CNJ SÓCIOS.PDF

14.11 - RESULTADO POR FORNECEDOR.PDF

Anexo documentos referentes à sessão pública do certame e seu julgamento.

Curitiba , 14 de abril de 2023 - 11:17:12

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:13

Pregão/Concorrência Eletrônica

928285.452023 .5552 .4491 .459403692



FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE/PR

Ata de Realização do Pregão Eletrônico
Nº 00045/2023

Às 08:40 horas do dia 10 de abril de 2023, reuniram-se o Pregoeiro Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 96/2022 de 17/11/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei Nº 14.133 de 1 de abril de 2021, referente ao Processo Nº 26.2023, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão Nº 00045/2023. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: Aquisição de monitores de vídeo, nos termos das especificações. O Pregoeiro abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Item: 1**Descrição:** Monitor Computador**Descrição Complementar:** Monitor Computador Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display , Formato Tela: Widescreen , Tipo De Tela: Led , Garantia On Site: 12 MESES, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Qualidade De Imagem: Full Hd , Alimentação: Bivolt , Tamanho Tela: Até 22 PO**Tratamento Diferenciado:** Tipo I - Participação Exclusiva de ME/EPP/Equiparada**Quantidade:** 11**Unidade de fornecimento:** Unidade**Valor Estimado:** R\$ 12.173,2600**Situação:** Aceito e Habilitado**Aplicabilidade Decreto 7174:** Não**Aplicabilidade Margem de Preferência:** Não**Intervalo mínimo entre lances:** R\$ 1,00**Aceito para:** TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, pelo melhor lance de R\$ 9.399,9500 .**Histórico****Item: 1 - Monitor Computador****Propostas** Participaram deste item as empresas abaixo relacionadas, com suas respectivas propostas.
(As propostas com * na frente foram desclassificadas)

CNPJ/CPF	Fornecedor	ME/EPP Equiparada	Declaração ME/EPP	Quantidade	Valor Unit.	Valor Global	Data/Hora Registro
49.018.158/0001-88	DC COMERCIO LICITACOES LTDA Marca: LG 22BN550Y Fabricante: LG 22BN550Y Modelo / Versão: LG 22BN550Y Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor Computador Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display , Formato Tela: Widescreen , Tipo De Tela: Led , Garantia On Site: 12 MESES, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Qualidade De Imagem: Full Hd , Alimentação: Bivolt , Tamanho Tela: Até 22 PO Porte da empresa: ME/EPP	Sim	Sim	11	R\$ 1.073,0000	R\$ 11.803,0000	06/04/2023 14:36:40
44.710.953/0001-19	BIANCA DE CARVALHO GOMES 12706581662 Marca: LG Fabricante: LG Modelo / Versão: 21,5 pol Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor Gamer LG 22MP410-B 21,5" Full HD 75Hz - 5ms HDMI FreeSync Porte da empresa: ME/EPP	Sim	Sim	11	R\$ 1.100,0000	R\$ 12.100,0000	03/04/2023 19:14:09
38.504.819/0001-69	FRP COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA Marca: Philips Fabricante: Philips Modelo / Versão: Philips Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: COMPUTADOR  Monitor Philips Série V8 242V8A 23,8" LED - Widescreen Full HD HDMI, Displayport e VGA IPS Informações adicionais referente ao produto apresentado no catalogo presente no final da proposta. Modelo: Philips Marca: 242V8A Porte da empresa: ME/EPP	Sim	Sim	11	R\$ 1.100,0000	R\$ 12.100,0000	06/04/2023 15:22:00
13.645.308/0001-36	CONNECTION - ADVISORY, OUTSOURCING AND SERVICES	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,0000	R\$ 12.166,0000	24/03/2023 15:05:27

	LTDA						
	Marca: PCFORT Fabricante: PCFORT Modelo / Versão: Monitor PCFort Gamer H238F 23.8'' H238F165 Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MONITOR 21,5 POLEGADAS (DISPLAY PORT+HDMI)*Possuir ajuste de altura, inclinação (pivô/pivot), sem necessidade de uso de ferramentas;*Tipo de LED, colorido;*1x Display Port;*1x Hdmi;*Ter no mínimo 21,5 polegadas;*Executar no mínimo a resolução de 1920x1080 pixels;*Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de ± 100/127 a ±208/220 VAC, sem uso de conversores ou transformadores externo;*Cor predominante preta;*Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais que seja necessários para funcionamento; *cor preto. Porte da empresa: ME/EPP						
02.869.044/0001-88	DIGITECH SOLUCOES LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,0000	R\$ 12.166,0000	08/04/2023 08:29:08
	Marca: AOC Fabricante: AOC Modelo / Versão: 22P2ES - DISPLAYPORT Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI) • Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas; • Tipo LED, colorido; • Ter no mínimo as conexões: o 1x Display Port o 1x HDMI • Ter 21,5 polegadas ou mais; • Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels; • Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de ±100/127 a ±208/220 VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos; • Cor predominante preta; • Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento; • Garantia: 1 ano. Porte da empresa: ME/EPP						
49.354.820/0001-70	ASYS TECNOLOGIA LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,0000	R\$ 12.166,0000	08/04/2023 19:16:16
	Marca: AOC Fabricante: AOC Modelo / Versão: 22P2ES Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI) • Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas; • Tipo LED, colorido; • Ter no mínimo as conexões: o 1x Display Port o 1x HDMI • Ter 21,5 polegadas ou mais; • Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels; • Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de ±100/127 a ±208/220 VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos; • Cor predominante preta; • Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento; • Garantia: 1 ano. Porte da empresa: ME/EPP						
36.895.360/0001-46	VALENCY TRADE SERVICE LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,0800	R\$ 12.166,8800	09/04/2023 21:52:58
	Marca: OAC Fabricante: OAC Modelo / Versão: OAC Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor 21,5" LED Widescreen E2270SWHEN Full HD 200cd/m² de brilho AOC. Porte da empresa: ME/EPP						
22.816.315/0001-44	INCOTECH COMPANY LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,5000	R\$ 12.171,5000	06/04/2023 18:43:34
	Marca: LG Fabricante: LG Modelo / Versão: 22BN550Y-B Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor Computador Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display , Formato Tela: Widescreen , Tipo De Tela: Led , Garantia On Site: 12 MESES, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Qualidade De Imagem: Full Hd , Alimentação: Bivolt , Tamanho Tela: Até 22 PO Porte da empresa: ME/EPP						
12.027.340/0001-95	MR DE OLIVEIRA CHAVES LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,5900	R\$ 12.172,4900	08/04/2023 12:55:30
	Marca: AOC Fabricante: AOC Modelo / Versão: 21,5" Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor AOC 21,5 LED 22p2es/hdmi/display Port/vesa/pivot/aj Altura Porte da empresa: ME/EPP						
49.012.603/0001-00	49.012.603 GABRIEL LUIS SELBACH SCROCK	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,6500	R\$ 12.173,1500	06/04/2023 16:48:50
	Marca: Samsung Fabricante: Samsung Modelo / Versão: LF24T450FQLMZD Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Características: Marca: Samsung; Modelo: LF24T450FQLMZD. Especificações: Grupo de telas 24; Curvatura da Tela Flat; Tamanho da tela ativa (HxV) (mm) 527.04 x 296.46 mm; Proporção de tela 16:09; Tipo de Painel IPS; Brilho (Típico) 250 cd/㎡; Brilho (Min) 200 cd/㎡; Contraste Estático 1000:1(Typ); Relação de Contraste Dinâmico Mega; Resolução 1,920 x 1,080; Tempo de Resposta 5(GTG); ngulo de Visão (Horizontal / Vertical) 178°/178°; Suporte de Cores Max 16.7M; Gama de Cores (NTSC) 72% (CIE 1931); Taxa de Atualização Max 75Hz. Característica Geral: Eco Saving Plus sim; Eye Saver Mode sim; Flicker Free sim; Game Mode sim; Image Size sim; Certificação Windows Windows10; FreeSync sim; Off Timer Plus sim; HDMI-CEC não. Conectividade: Wireless Display não; D-Sub não; DVI não; Dual Link DVI não; Display Port 1 EA; Display Port Version 1,2; Display Port Out não; Mini-Display Port não; HDMI 2 EA; HDMI Version 1,4; Audio In não; Headphone sim; USB Hub Down Ports 2; USB Hub Version USB2.0x2; USB-C não; USB-C Charging Power não. Audio: Speaker não; USB Sound Bar (Ready) não. Condições de operação: Temperatura 10℃~ 40℃; ℃ Umidade 10% ~ 80%; Design Cor BLACK; Tipo de Suporte HAS PIVOT (MORE THAN 100MM); HAS(Height Adjustable Stand) 130.0mm(±2.0mm); Tilt -3.0˚(±2.0˚) ~ 25.0˚(±2.0˚); Swivel -45˚(±2.0˚) ~ 45(±2.0˚); Pivot sim; Montagem em Parede 100 x 100. Eco: ENERGY STAR sim; Plástico Reciclável Over 3 %; Power Fornecimento de energia AC 100~240V; Tipo Internal						

	Power. Acessórios: Power Cable Length 1.5 m; HDMI Cable sim; Mini-Display Gender não; Remote Controller não. Certificação e conformidade: TCO Certified sim. Conteúdo da embalagem: Monitor Samsung. Garantia: 12 meses. Porte da empresa: ME/EPP						
01.698.836/0001-74	TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,6600	R\$ 12.173,2600	03/04/2023 11:10:01
Marca: MULTI Fabricante: MULTI Modelo / Versão: MN801 24 POL Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: 1.1. Aquisição de monitores de vídeo, nos termos das especificações abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI) • Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas; • Tipo LED, colorido; • Ter no mínimo as conexões: o 1x Display Port o 1x HDMI • Ter 21,5 polegadas ou mais; • Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels; • Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de ±100/127 a ±208/220 VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos; • Cor predominante preta; • Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento; • Garantia: 1 ano Porte da empresa: ME/EPP							
02.596.872/0001-90	CENTERDATA ANALISES DE SISTEMAS E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,6600	R\$ 12.173,2600	06/04/2023 09:29:06
Marca: AOC Fabricante: AOC Modelo / Versão: 22p2es Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MONITOR 21,5 POLEGADAS (DISPLAY PORT + HDMI) • Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas; • Tipo LED, colorido; • Ter no mínimo as conexões: o 1x Display Port o 1x HDMI • Ter 21,5 polegadas ou mais; • Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels; • Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de ±100/127 a ±208/220 VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos; • Cor predominante preta; • Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento; • Garantia: 1 ano. Porte da empresa: ME/EPP							
05.149.391/0001-24	PROJEVISION PROVEDOR DE INTERNET LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,6600	R\$ 12.173,2600	06/04/2023 14:36:08
Marca: LG Fabricante: LG Modelo / Versão: 22BN550Y Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI) • Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas; • Tipo LED, colorido; • Ter no mínimo as conexões: o 1x Display Port o 1x HDMI • Ter 21,5 polegadas ou mais; • Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels; • Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de ±100/127 a ±208/220 VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos; • Cor predominante preta; • Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento; • Garantia: 1 ano. Porte da empresa: ME/EPP							
11.784.531/0001-39	PR TELECOM COMERCIO E SERVICOS LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,6600	R\$ 12.173,2600	06/04/2023 16:24:14
Marca: LG Fabricante: LG Modelo / Versão: 22BN550Y-B Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: DESCRITIVO CONFORME EM EDITAL Monitor Computador Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display , Formato Tela: Widescreen , Tipo De Tela: Led , Garantia On Site: 12 MESES, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Qualidade De Imagem: Full Hd , Alimentação: Bivolt , Tamanho Tela: Até 22 PO Porte da empresa: ME/EPP							
49.870.727/0001-19	49.870.727 MAICON RODRIGO VELOZO CORREA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,6600	R\$ 12.173,2600	08/04/2023 15:23:06
Marca: Bluecase Fabricante: Bluecase Modelo / Versão: Rako Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Especificações: - Marca: Bluecase - Modelo: Rako - Tamanho: 21,5" - Resolução máxima: 1920x1080 pixels - Taxa de atualização máxima: 75 Hz - Modelo do painel: Innolux M215HGE-L33 - Tipo de painel: TN - Área ativa do display: 476,64 x 268,11mm - Dot Pitch: 0,08275 x 0,24825 - Curvo ou plano: Plano - Proporção: 16:9 - Iluminação: LED - Brilho: 200 cd/m² - Contraste típico: 600:1 - Contraste dinâmico: 6.000.000:1 - Número de cores(bits): 16,7 milhões de cores (8-bit) - Gama de cores: sRGB 92%, NTSC 72%, Adobe 71%, DCI-P3 75% - Ângulo de visão: 165° - Tempo de resposta: 5ms - Entrada de vídeo: VGA e HDMI 1.4 - Alto-falante: Não possui - Saída de áudio: Não possui - Alimentação de energia: AC 100 - 240V 50/60 Hz - DC 12V 3A - Tipo de fonte: Externa - Consumo de energia: 14,5W (Em operação) e ? 0,5W (Em stand by) - Kensington lock: Não possui - VESA: 100 x 100mm - Ângulos de rotação: Não possui - Ângulos de inclinação(Tilt): até 15° para trás - Ajuste de altura: Não possui - Idioma do menu: Português, Inglês, Espanhol e Chinês - Temperatura de armazenamento: -20° C até 60° C - Temperatura de funcionamento: 0° C até 50° C Extras: Flicker Free, Filtro de luz azul Modos de imagem: Standard, Game, Movie, Text, FPS, RTS e ECM Porte da empresa: ME/EPP							
49.341.541/0001-72	TKS IMPORTS LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,6600	R\$ 12.173,2600	09/04/2023 20:42:58

	Marca: LG Fabricante: LG Modelo / Versão: 22BN550Y Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI) Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô /pivot), sem necessidade do uso de ferramentas; Ter no mínimo as conexões: 1x Display Port 1xHDMI Ter 21,5 polegadas ou mais; Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels; Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de +100/127 a +208/220 VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos; Cor predominante preta; Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento; * Garantia 1 ano Porte da empresa: ME/EPP						
37.338.161/0001-08	SONOTE SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.106,6600	R\$ 12.173,2600	09/04/2023 23:38:44
	Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: LF24T450FQLMZD Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor 24", com ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô) sem necessidade do uso de ferramentas, tipo LED colorido, 1x display port, 1x hdmi, fonte automática com tensão de entrada 100/127 a 208/220 VAC, de 60Hz, cor preta, com suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como os demais acessórios para o funcionamento. Garantia: 1 ano. Porte da empresa: ME/EPP						
32.894.638/0002-90	CONCEPT SERVICOS DE INSTALACOES ELETRICAS LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.200,0000	R\$ 13.200,0000	09/04/2023 18:59:21
	Marca: SAMSUNG Fabricante: SAMSUNG Modelo / Versão: SAMSUNG Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: MONITOR 21,5 POL DISPLAY PORT + HDMI Porte da empresa: ME/EPP						
04.567.265/0001-27	SCORPION INFORMATICA LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.243,9900	R\$ 13.683,8900	06/04/2023 13:42:57
	Marca: LG Fabricante: LG Modelo / Versão: 22BN550Y-B Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI) • Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas; • Tipo LED, colorido; • Ter no mínimo as conexões: o 1x Display Port o 1x HDMI • Ter 21,5 polegadas ou mais; • Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels; • Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de ±100/127 a ±208/220 VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos; • Cor predominante preta; • Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento; • Garantia: 1 ano. Porte da empresa: ME/EPP						
18.387.904/0001-87	COMERCIAL TOP MIX LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 1.378,9600	R\$ 15.168,5600	05/04/2023 14:56:49
	Marca: Acer Fabricante: Acer Modelo / Versão: K222 Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Acer k222 21.5" Porte da empresa: ME/EPP						
12.130.958/0001-86	NADJA MARINA PIRES	Sim	Sim	11	R\$ 2.000,0000	R\$ 22.000,0000	06/04/2023 08:31:06
	Marca: LG 22bn550y Fabricante: LG 22bn550y Modelo / Versão: LG 22bn550y Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Marca: LG Part Number: 22BN550Y-B.AWZM EAN: 7893299918049 Largura (bruto) [m]: 0.58 Profundidade (bruto) [m]: 0.38 Peso (bruto) [Kg]: 5.7 Altura (bruto) [m]: 0.18 Tamanho de Tela: 21,5" Full HD (1920x1080) Tipo de Tela: LED IPS Cor: Preto Resolução: 1920X1080 Tempo de Resposta: 5ms Brilho: 250 CD/m2 Contraste: 5.000.000:1 Conexões DVI: Não Conexões VGA: 01 Furação Vesa: VESA 100mm Audio: Não Conexões HDMI: Sim Conexão Vídeo Componente: - Conexão Vídeo Composto: - Conexão S-Vídeo: - Conexão USB: Não Display Port: 01 Pivot: Sim Ajuste de Altura: Sim Webcam + Mic: Não Tipo de Fonte: Interna Automação Comercial: Não Garantia Fabricante: 1 Ano Tecnologia de Tela IPS/WVA: Sim Cabos Inclusos : Cabo alimentação, cabo HDMI, cabo DisplayPort e cabo D-Sub Frequência: 75Hz Porte da empresa: ME/EPP						
09.263.279/0001-70	AUGUSTO CESAR MAKOUL GASPÉRIN	Sim	Sim	11	R\$ 2.000,0000	R\$ 22.000,0000	06/04/2023 17:43:02
	Marca: LG Fabricante: LG Modelo / Versão: 22BN Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor Computador - Monitor Computador Ajuste: Ajuste De Rotação, Altura E Inclinação Do Display , Formato Tela: Widescreen , Tipo De Tela: Led , Garantia On Site: 12 MESES, Interatividade Da Tela: Sem Interatividade , Qualidade De Imagem: Full Hd , Alimentação: Bivolt , Tamanho Tela: Até 22 PO Porte da empresa: ME/EPP						
23.106.657/0001-33	IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA	Sim	Sim	11	R\$ 2.000,0000	R\$ 22.000,0000	10/04/2023 08:19:33

Marca: Husky**Fabricante:** Husky**Modelo / Versão:** HOF005

Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: Monitor Husky Office 700, Preto - 22", VA, HDMI - HOF005 Ideal para você e sua empresa! Você procura aprimorar seu ambiente de trabalho home office ou deseja aumentar a produtividade da sua equipe com um produto de ótima qualidade e conforto? Conheça o Monitor Husky Office 700 - 22. Mais produtividade Permite que você gerencie textos, planilhas, videochamadas e pesquisas em uma única tela. Facilitando a visualização de mais janelas de uma só vez. Tela VA Full HD. Mais conforto para seus olhos Borda ultrafina, display com mais de 16 milhões de cores e regulação de luz azul, para dar mais proteção para seus olhos em longas jornadas de trabalho. Projeção e velocidade na medida certa Com projeção de 16:9 (Widescreen) e taxa de atualização de 75 Hz. Suas atividades ficam mais rápidas e mais fluidas. E seu momento de trabalho sem lag ou efeito fantasma. Especificações: - Tipo de tela: VA - Tamanho da tela: 22 - Taxa de atualização: 75 Hz - Resolução: Full HD 1920 x 1080 p - Cores: Display com + 16M Cores (8 bit) - Brilho: 250 cd/m² - Proporção da tela: 16:9 (Widescreen) - Entradas: HDMI 1.4 / VGA - Saída de áudio: P2 - Ajuste de angulação: -5°/15° - Alimentação: DC 12 V - 3 A - Regulagem de Luz Azul: Sim - Dimensões do produto montado: 496x396x203 mm Conteúdo da Embalagem: - 01 Monitor Husky Office 700 - 01 Base - 01 Cabo HDMI 2.0 - 01 Fonte - 01 Manual do Usuário Garantia: 12 meses de garantia

Porte da empresa: ME/EPP**Lances** (Obs: lances com * na frente indicam que foram excluídos)

Valor do Lance	CNPJ/CPF	Data/Hora Registro
R\$ 22.000,0000	12.130.958/0001-86	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 22.000,0000	09.263.279/0001-70	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 22.000,0000	23.106.657/0001-33	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 15.168,5600	18.387.904/0001-87	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 13.683,8900	04.567.265/0001-27	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 13.200,0000	32.894.638/0002-90	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.173,2600	11.784.531/0001-39	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.173,2600	05.149.391/0001-24	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.173,2600	02.596.872/0001-90	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.173,2600	01.698.836/0001-74	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.173,2600	49.870.727/0001-19	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.173,2600	49.341.541/0001-72	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.173,2600	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.173,1500	49.012.603/0001-00	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.172,4900	12.027.340/0001-95	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.171,5000	22.816.315/0001-44	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.166,8800	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.166,0000	13.645.308/0001-36	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.166,0000	02.869.044/0001-88	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.166,0000	49.354.820/0001-70	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.100,0000	44.710.953/0001-19	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.100,0000	38.504.819/0001-69	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 11.803,0000	49.018.158/0001-88	10/04/2023 08:40:00:373
R\$ 12.000,0000	05.149.391/0001-24	10/04/2023 08:41:30:750
R\$ 12.000,0000	32.894.638/0002-90	10/04/2023 08:42:24:180
R\$ 12.155,0000	12.130.958/0001-86	10/04/2023 08:42:35:250
R\$ 11.802,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:43:40:393
R\$ 12.648,4500	18.387.904/0001-87	10/04/2023 08:43:51:773
R\$ 11.799,5000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:44:04:827
R\$ 11.798,5000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:45:36:620
R\$ 11.798,5100	49.341.541/0001-72	10/04/2023 08:46:52:610
R\$ 11.797,5000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:47:00:350
R\$ 11.796,5000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:47:01:583
R\$ 11.795,5000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:47:11:200
R\$ 11.794,5000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:47:12:883
R\$ 11.793,5000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:47:17:917
R\$ 11.792,5000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:47:18:313
R\$ 11.790,0000	49.870.727/0001-19	10/04/2023 08:47:22:880
R\$ 11.791,5000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:47:23:597
R\$ 11.789,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:47:23:813
R\$ 11.785,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:47:30:123
R\$ 11.784,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:47:30:677
R\$ 11.782,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:47:34:610
R\$ 11.781,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:47:35:443
R\$ 11.750,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:47:39:097

R\$ 11.749,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:47:39:443
R\$ 11.748,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:47:52:567
R\$ 11.747,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:47:53:053
R\$ 11.746,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:47:57:247
R\$ 11.745,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:47:58:607
R\$ 12.241,6800	18.387.904/0001-87	10/04/2023 08:49:14:543
R\$ 12.154,0000	02.596.872/0001-90	10/04/2023 08:49:48:023
R\$ 11.700,0000	05.149.391/0001-24	10/04/2023 08:50:16:990
R\$ 11.650,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:50:23:997
R\$ 11.649,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:50:27:203
R\$ 11.600,0000	05.149.391/0001-24	10/04/2023 08:51:50:417
R\$ 11.599,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:51:59:893
R\$ 11.598,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:52:49:717
R\$ 11.597,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:52:54:933
R\$ 11.596,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:53:13:570
R\$ 11.595,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:53:20:887
R\$ 11.594,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:53:40:810
R\$ 11.593,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:53:41:760
R\$ 11.592,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:53:48:637
R\$ 11.591,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:53:49:240
R\$ 11.590,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:53:57:860
R\$ 11.589,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:53:58:453
R\$ 11.588,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:03:530
R\$ 11.587,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:54:04:040
R\$ 11.586,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:07:800
R\$ 11.585,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:54:08:137
R\$ 11.584,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:12:027
R\$ 11.583,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:54:12:273
R\$ 11.582,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:16:037
R\$ 11.581,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:54:16:440
R\$ 11.580,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:20:950
R\$ 11.579,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:54:21:493
R\$ 11.500,0000	05.149.391/0001-24	10/04/2023 08:54:22:810
R\$ 11.499,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:54:23:033
R\$ 11.578,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:26:097
R\$ 11.577,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:30:797
R\$ 11.498,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:36:987
R\$ 11.497,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:54:37:370
R\$ 11.500,0100	49.341.541/0001-72	10/04/2023 08:54:38:150
R\$ 11.496,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:40:963
R\$ 11.495,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:54:41:470
R\$ 11.494,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:45:350
R\$ 11.493,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:54:45:637
R\$ 11.492,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:51:543
R\$ 11.491,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:54:51:753
R\$ 11.490,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:54:58:953
R\$ 11.489,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:54:59:453
R\$ 11.488,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:55:03:663
R\$ 11.487,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:55:04:060
R\$ 11.486,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:55:07:753
R\$ 11.485,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:55:08:110
R\$ 11.450,0000	49.870.727/0001-19	10/04/2023 08:55:11:670
R\$ 11.484,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:55:11:700
R\$ 11.449,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:55:12:243
R\$ 11.448,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:55:16:883
R\$ 11.447,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:55:17:350
R\$ 11.446,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:55:20:513
R\$ 11.445,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:55:20:940
R\$ 11.444,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:55:23:527

R\$ 11.443,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:55:24:333
R\$ 11.442,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:55:27:160
R\$ 11.441,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:55:27:573
R\$ 11.599,0000	13.645.308/0001-36	10/04/2023 08:55:32:183
R\$ 11.440,0000	49.870.727/0001-19	10/04/2023 08:55:33:160
R\$ 11.439,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:55:33:750
R\$ 11.400,0000	05.149.391/0001-24	10/04/2023 08:55:35:130
R\$ 11.399,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:55:35:323
R\$ 11.900,0000	01.698.836/0001-74	10/04/2023 08:55:46:133
R\$ 11.398,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:56:01:240
R\$ 11.397,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:56:01:443
R\$ 11.499,0000	13.645.308/0001-36	10/04/2023 08:56:01:503
R\$ 11.000,0000	49.870.727/0001-19	10/04/2023 08:56:19:220
R\$ 10.999,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:56:19:547
R\$ 11.400,0000	01.698.836/0001-74	10/04/2023 08:56:24:067
R\$ 10.998,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:56:26:990
R\$ 10.997,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:56:27:223
R\$ 11.300,0000	05.149.391/0001-24	10/04/2023 08:56:28:543
R\$ 10.996,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:56:30:917
R\$ 10.995,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:56:31:317
R\$ 11.390,0000	13.645.308/0001-36	10/04/2023 08:56:34:777
R\$ 10.990,0000	05.149.391/0001-24	10/04/2023 08:56:42:327
R\$ 10.989,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:56:42:677
R\$ 11.200,0000	01.698.836/0001-74	10/04/2023 08:56:46:067
R\$ 10.988,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:56:48:950
R\$ 10.987,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:56:49:310
R\$ 10.950,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:56:53:410
R\$ 10.949,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:56:53:920
R\$ 10.948,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:56:59:800
R\$ 10.947,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:57:00:077
R\$ 11.000,0000	23.106.657/0001-33	10/04/2023 08:57:14:687
R\$ 11.300,0000	49.341.541/0001-72	10/04/2023 08:57:18:147
R\$ 11.801,4500	09.263.279/0001-70	10/04/2023 08:57:22:633
R\$ 10.940,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:57:31:760
R\$ 10.939,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:57:32:410
R\$ 10.800,0000	23.106.657/0001-33	10/04/2023 08:57:32:600
R\$ 10.799,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:57:32:907
R\$ 10.760,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:57:41:150
R\$ 10.759,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:57:41:630
R\$ 10.900,0000	13.645.308/0001-36	10/04/2023 08:57:41:693
R\$ 10.900,0000	05.149.391/0001-24	10/04/2023 08:57:45:310
R\$ 11.600,0000	49.018.158/0001-88	10/04/2023 08:57:46:993
R\$ 10.750,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:57:47:780
R\$ 10.749,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:57:48:313
R\$ 10.020,0000	23.106.657/0001-33	10/04/2023 08:57:51:177
R\$ 10.019,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:57:51:393
R\$ 10.750,0000	05.149.391/0001-24	10/04/2023 08:57:55:863
R\$ 11.599,0000	09.263.279/0001-70	10/04/2023 08:58:01:210
R\$ 9.999,0000	01.698.836/0001-74	10/04/2023 08:58:07:670
R\$ 9.998,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:58:07:887
R\$ 11.990,0000	02.869.044/0001-88	10/04/2023 08:58:07:907
R\$ 10.700,0000	05.149.391/0001-24	10/04/2023 08:58:14:020
R\$ 11.000,0000	49.018.158/0001-88	10/04/2023 08:58:15:537
R\$ 12.099,0000	02.596.872/0001-90	10/04/2023 08:58:20:620
R\$ 10.084,5000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:58:24:310
R\$ 10.050,0000	37.338.161/0001-08	10/04/2023 08:58:32:733
R\$ 9.997,0000	01.698.836/0001-74	10/04/2023 08:59:22:500
R\$ 9.996,0000	36.895.360/0001-46	10/04/2023 08:59:22:833
R\$ 11.789,1100	32.894.638/0002-90	10/04/2023 08:59:42:107

Não existem lances de disputa final para o item

Fuentes de Tema

Eventos do Item		
Evento	Data	Observações
Abertura	10/04/2023 08:41:03	Item aberto para lances.
Encerramento etapa aberta	10/04/2023 09:05:22	Item com etapa aberta encerrada.
Início 1a etapa fechada	10/04/2023 09:05:22	Convocados os fornecedores para a 1º etapa fechada que apresentaram lance entre R\$ 9.436,0000 e R\$ 10.000,0000.
Encerramento	10/04/2023 09:10:23	Item encerrado para lances.
Encerramento etapa fechada	10/04/2023 09:10:23	Item com etapa fechada encerrada.
Abertura do prazo - Convocação anexo	10/04/2023 09:21:58	Convocado para envio de anexo o fornecedor IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA, CNPJ/CPF: 23.106.657/0001-33.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	10/04/2023 10:10:54	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA, CNPJ/CPF: 23.106.657/0001-33.
Recusa de proposta	13/04/2023 11:17:45	Recusa da proposta. Fornecedor: IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA, CNPJ/CPF: 23.106.657/0001-33, pelo melhor lance de R\$ 6.215,0000. Motivo: A análise do setor técnico foi no seguinte sentido: "O primeiro colocado, Imperio Soluções com o produto Husky HOF005, está desclassificado, pois o produto não atende as especificações nos seguintes itens: (1) não possui porta Display Port e (2) não possui ajuste de rotação (pivô / pivot)".
Recusa de proposta	13/04/2023 11:18:49	Recusa da proposta. Fornecedor: VALENCY TRADE SERVICE LTDA, CNPJ/CPF: 36.895.360/0001-46, pelo melhor lance de R\$ 9.105,6900. Motivo: A análise do setor técnico foi no seguinte sentido: "O segundo colocado, Valency Trade com o produto OAC E2270SWHEN, está desclassificado, pois o produto não atende as especificações nos seguintes itens: (1) não possui porta Display Port e (2) não possui ajuste de rotação (pivô / pivot)".
Abertura do prazo - Convocação anexo	13/04/2023 11:22:21	Convocado para envio de anexo o fornecedor TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 01.698.836/0001-74.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	13/04/2023 11:45:34	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 01.698.836/0001-74.
Abertura do prazo - Convocação anexo	13/04/2023 11:51:19	Convocado para envio de anexo o fornecedor TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 01.698.836/0001-74.
Encerramento do prazo - Convocação anexo	13/04/2023 12:01:17	Encerrado o prazo de Convocação de Anexo pelo fornecedor TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 01.698.836/0001-74.
Aceite de proposta	13/04/2023 16:01:21	Aceite individual da proposta. Fornecedor: TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 01.698.836/0001-74, pelo melhor lance de R\$ 9.399,9500. Motivo: Informo análise do setor técnico: "O terceiro colocado, Terabyte Soluções em Informática com o produto Multi MN801, está classificado, pois o produto atende integralmente o edital".

Habilitação de fornecedor	13/04/2023 16:02:07	Habilitação individual da proposta. Fornecedor: TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 01.698.836/0001-74, pelo melhor lance de R\$ 9.399,9500.
---------------------------	---------------------	---

Não existem intenções de recurso para o item

Troca de Mensagens		
	Data	Mensagem
Sistema	10/04/2023 08:40:00	A sessão pública está aberta. Até 20 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:00 e 17:00. Haverá aviso prévio de abertura dos itens de 1 minutos. Mantenham-se conectados.
Sistema	10/04/2023 08:40:03	A abertura do item 1 para lances está agendada para daqui a 1 minuto. Mantenham-se conectados.
Sistema	10/04/2023 08:41:03	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	10/04/2023 09:05:22	A etapa fechada foi iniciada para o item 1. Fornecedor que apresentou lance entre R\$ 9.436,0000 e R\$ 10.000,0000 poderá enviar um lance único e fechado até às 09:10:22 do dia 10/04/2023.
Sistema	10/04/2023 09:10:23	A etapa fechada do item 1 foi encerrada. Os seguintes lances foram registrados pelos fornecedores convocados: R\$ 6.215,0000, R\$ 9.399,9500 e R\$ 9.105,6900.
Sistema	10/04/2023 09:10:23	O item 1 está encerrado.
Sistema	10/04/2023 09:10:27	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Acompanhe essa etapa na funcionalidade "Acompanhar Julgamento / Habilitação / Admissibilidade".
Pregoeiro	10/04/2023 09:13:57	Para IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA - Em que pese a fase de lances, a título de negociação seria possível reduzir sua proposta a R\$ 6.200,00?
23.106.657/0001-33	10/04/2023 09:18:19	Bom dia, infelizmente estamos em nosso melhor lance
23.106.657/0001-33	10/04/2023 09:18:31	O que nos impossibilita de ofertar maiores descontos!
Sistema	10/04/2023 09:21:58	Senhor fornecedor IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA, CNPJ/CPF: 23.106.657/0001-33, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	10/04/2023 09:22:22	Para IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA - Ok. Obrigado. Abro prazo para envio da proposta atualizada e demais documentos.
Sistema	10/04/2023 10:10:54	Senhor Pregoeiro, o fornecedor IMPERIO SOLUCOES ADMINISTRATIVAS E PUBLICAS LTDA, CNPJ/CPF: 23.106.657/0001-33, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	10/04/2023 10:26:38	Enviarei as propostas e documentações para análise de adequabilidade a ser realizada pelo setor técnico da Feas. Não é necessário envio de amostras nesse momento. Assim que esta análise estiver concluída, os senhores serão comunicados e a data para divulgação do resultado de julgamento será estipulada.
Sistema	13/04/2023 11:22:21	Senhor fornecedor TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 01.698.836/0001-74, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Sistema	13/04/2023 11:45:34	Senhor Pregoeiro, o fornecedor TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 01.698.836/0001-74, enviou o anexo para o ítem 1.
Sistema	13/04/2023 11:51:19	Senhor fornecedor TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 01.698.836/0001-74, solicito o envio do anexo referente ao ítem 1.
Pregoeiro	13/04/2023 11:51:55	Para TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA - Em face de orientação jurisprudencial, abro prazo de duas horas para envio de atestado de capacidade técnica.
Sistema	13/04/2023 12:01:17	Senhor Pregoeiro, o fornecedor TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA, CNPJ/CPF: 01.698.836/0001-74, enviou o anexo para o ítem 1.
Pregoeiro	13/04/2023 12:11:28	Informamos que a divulgação do resultado de julgamento deste certame se dará na data de hoje, 13 de abril de 2023, às 16:00 h, em virtude da conclusão dos procedimentos de julgamento. Por conseguinte, será, então, disponibilizado campo específico para, porventura, intenção de recursos.
Pregoeiro	13/04/2023 16:00:46	Conforme apazado divulgamos os vencedores.
Sistema	13/04/2023 16:02:07	Srs. Fornecedores, está aberto o prazo para registro de intenção de recursos para os itens/grupos na situação de 'aceito e habilitado' ou 'cancelado no julgamento'.
Pregoeiro	13/04/2023 16:02:36	Foi informado o prazo final para registro de intenção de recursos: 13/04/2023 às 16:23:00.

Eventos da Licitação		
Evento	Data/Hora	Observações
Alteração equipe	23/03/2023 10:59:39	

Abertura da sessão pública	10/04/2023 08:40:00	Abertura da sessão pública
Julgamento de propostas	10/04/2023 09:10:26	Início da etapa de julgamento de propostas
Suspensão administrativa	13/04/2023 12:12:39	Previsão de reabertura: 13/04/2023 16:00:00; Informamos que a divulgação do resultado de julgamento deste certame se dará na data de hoje, 13 de abril de 2023, às 16:00 h, em virtude da conclusão dos procedimentos de julgamento. Por conseguinte, será, então, disponibilizado campo específico para, porventura, intenção de recursos.
Reativação	13/04/2023 16:00:09	
Abertura do prazo	13/04/2023 16:02:07	Abertura de prazo para intenção de recurso
Fechamento do prazo	13/04/2023 16:02:36	Fechamento de prazo para registro de intenção de recurso: 13/04/2023 às 16:23:00

Após encerramento da Sessão Pública, os licitantes melhores classificados foram declarados vencedores dos respectivos itens. Foi divulgado o resultado da Sessão Pública e foi concedido o prazo recursal conforme preconiza o artigo 165, da Lei Nº 14.133 de 1 de abril de 2021. Nada mais havendo a declarar, foi encerrada a sessão às 16:24 horas do dia 13 de abril de 2023, cuja ata foi lavrada e assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

JULIANO EUGENIO DA SILVA
Pregoeiro Oficial

MIRELLE PEREIRA FONSECA
Equipe de Apoio

VERIDIANE DE PAULA MACEDO SOTTO MAIOR
Equipe de Apoio



Voltar



Zimbra

julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br

Re: Análise de proposta PE 45/2023 - monitores

De : Tiago Candido de Mello
<tiagomello@feas.curitiba.pr.gov.br>

qui., 13 de abr. de 2023 11:11

📎 2 anexos

Assunto : Re: Análise de proposta PE 45/2023 - monitores

Para : Juliano Eugenio da Silva
<julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Bom dia,

Segue análise das propostas do pregão 45/2023.

- O primeiro colocado, Imperio Soluções com o produto Husky HOF005, está desclassificado, pois o produto não atende as especificações nos seguintes itens: (1) não possui porta Display Port e (2) não possui ajuste de rotação (pivô / pivot).
- O segundo colocado, Valency Trade com o produto OAC E2270SWHEN, está desclassificado, pois o produto não atende as especificações nos seguintes itens: (1) não possui porta Display Port e (2) não possui ajuste de rotação (pivô / pivot).
- O terceiro colocado, Terabyte Soluções em Informática com o produto Multi MN801, está classificado, pois o produto atende integralmente o edital.

Sigo à disposição para qualquer esclarecimento posterior.

Atenciosamente,



Tiago Candido de Mello
Gerente
Tecnologia da Informação
(41) 3316-5908 | feas.curitiba.pr.gov.br

De: "Juliano Eugenio da Silva" <julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

Para: "Tiago Candido de Mello" <tiagomello@feas.curitiba.pr.gov.br>

Enviadas: Segunda-feira, 10 de abril de 2023 10:29:43

Assunto: Análise de proposta PE 45/2023 - monitores

Prezado,

Informo que ocorreu hoje a sessão de lances do PE 45/2023 (monitores).

Segue link para **análise de adequabilidade das propostas**:

http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/lista_itens.asp?Opc=2&rdTpPregao=E&lstSrp=&lstICMS=&uf=&numprp=452023&co_uasg=928285&dt_entrega=&dt_abertura=&lstSituacao=99&lstTipoSuspensao=0&prgCod=1128611&numprpXsl=452023&pagina=1

Para acessar a documentação, clique em "Realizar julgamento". Abrir-se-á uma janela com os documentos para consulta.

Paz e Bem,



Juliano da Silva
Presidente CPL – Pregoeiro
Comissão Permanente de Licitações
(41) 3316-5728 | feaes.curitiba.pr.gov.br



Tiago Cardoso de Melo
Gestor
Fundação de Atenção à Saúde
FEAS

Tiago.png
29 KB

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:13

**Terabyte soluções em Informática EIRELI**

CNPJ Nº 01.698.836/0001-74 - IE 10.143.884-2

Telefone: (62) 3575-6399 / (62) 9 9924-1609

www.terabytesinformatica.com.br

Goiânia, 10 de abril de 2023

Ao

Fundação Estatal de Atenção à Saúde

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

CAPÃO RASO - PR**Assunto: PE45/2023 – UASG 928285 - abertura: 10/04/2023 – 08:40 hs**

Prezados Senhores,

Conforme exigência no edital da supramencionada licitação, apresentamos abaixo nossa proposta para o fornecimento dos seguintes produtos:

ITEM	QTDE	UNID	DISCRIMINAÇÃO	VR.UNIT	VR.TOTAL
1	11	unid	1.1. Aquisição de <i>monitores de vídeo</i>, nos termos das especificações abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI) • Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas; • Tipo LED, colorido; • Ter no mínimo as conexões: o 1x Display Port o 1x HDMI • Ter 21,5 polegadas ou mais; • Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels; • Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de $\pm 100/127$ a $\pm 208/220$ VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos; • Cor predominante preta; • Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento; • Garantia: 1 ano. Modelo: MN801 24 POL Marca: Multi	854,54	9.399,94
TOTAL GERAL					9.399,94

(nove mil trezentos noventa e nove reais e noventa e quatro centavos)



Terabyte soluções em Informática EIRELI

CNPJ Nº 01.698.836/0001-74 - IE 10.143.884-2

Telefone: (62) 3575-6399 / (62) 9 9924-1609 

www.terabytesinformatica.com.br

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:

Validade da proposta: Conforme edital

Entrega: Conforme edital

Dados bancários: Ag. 3979 – C/C 13.006944-3 – Banco Santander

Pix: Cnpj 01.698.836/0001-74

Condições de pagamento: Conforme edital

Garantia: Conforme edital

Obs: Todas despesas como, fretes, impostos, descarga, etc, estão inclusas nos valores propostos.

Adenilson Furtado Carrilho
Proprietário

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANA EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:13

Multi
ULTRA

Monitor Multi 24"

Multi
ULTRA

24"

MN801

Monitor de alta definição
projetado para você



TELA DE ALTA RESOLUÇÃO
24" Full HD (1920 x 1080)



FUNÇÃO
ANTIRREFLEXO



MULTIPLAS ENTRADAS
HDMI, USB, Display Port, VGA



BRILHO 250 cd/m²
Brilho impressionante



CONTRASTE 3000:1
Alto contraste



BASE AJUSTÁVEL
Ajuste de altura,
rotação e inclinação



CONFORTO E PRODUTIVIDADE LADO A LADO

Qualidade de imagem, conforto visual,
organização e produtividade com o
monitor de 24" da Multi.

MN801



Especificações técnicas

TELA 24" FHD 1920 x 1080 VA

BRILHO 250 cd/m²

CONTRASTE 3000:1

FORMATO DA TELA 16:9

ÂNGULO DE VISÃO 178°

VGA x1

USB x1

DISPLAY PORT x1

HDMI x1

KENSINGTON LOCK x1

BASE AJUSTÁVEL SIM

SUPOORTE VERSA SIM

CONSUMO DE ENERGIA LIGADO: <30 W ; STANDBY <=0.5W

PESO LIQUIDO 2,4 kg

BRUTO 2,6 kg

SUPOORTE VESA 75 x 75 mm

SUPOORTE Ajuste de altura, rotação e inclinação

PRODUTO COM BASE 537.85 x 534.08 x 206.83 (com base)
SEM BASE 537.85 x 315.6 x 46.33 mm (sem base)

EMBALAGEM 596 x 389 x 102

EAN 7908414490741

NCM 85285200



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.698.836/0001-74 DUNS®: 914955075
Razão Social: TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA
Nome Fantasia: TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 21/12/2023
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	18/06/2023
FGTS	Validade:	21/04/2023
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	31/08/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	14/04/2023
Receita Municipal	Validade:	15/05/2023

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/12/2023



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins de direito e a quem possa interessar que a empresa TERABYTE SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no Cnpj sob nº 01.698.836/0001-74, sediada na cidade de Goiânia-GO, nos forneceu e fornece com regularidade, equipamentos de informática, como Microcomputadores, monitores de vídeo, câmaras de vigilância, periféricos em geral para processamento de dados, componentes eletrônicos e outros produtos relacionados à área.

Afirmamos ainda que a empresa fornece-nos também os serviços de manutenção e instalação dos equipamentos, periféricos e componentes citados, sempre com qualidade e respeitando os prazos acordados, não constando em nossos arquivos nenhuma ocorrência que os desabone.

Por ser verdade e que para os efeitos legais, firmamos o presente.

Goiânia-GO, 02 de dezembro de 2022

Brtop Ind. Com. Móveis Ltda
Sandra de Paula Barbosa
(62)98148-9988
Sócia

Brtop Indústria e Comércio de Móveis Ltda

 www.brtopmoveis.com.br

Av. Jacinto Alves de Abreu, nº 34, Qd. 13 Lt. 24 – Residencial Vereda dos Buritis

CNPJ: 03.869.166/0001-37 – INSCR. ESTADUAL: 10.510.827-8

CEP: 74.370-661 – Goiânia/GO –  62 3998-7924



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Declaramos a quem possa interessar que a empresa **TERABYTE SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, CNPJ 01.698.836/0001-74, situada à Av. Interligação, Qd 02 Lt 18, Sl. 01 – Setor Santa Rita VII – Goiânia-GO, forneceu e fornece com regularidade à nossa empresa, equipamentos de informática, suprimentos de informática, periféricos de informática, serviços de tecnologia da informação, serviços de reparos de equipamentos de informática, eletrônicos, eletrodomésticos, entre outros, conforme relação abaixo:

QUANT	DISCRIMINAÇÃO
500	Cartuchos para impressora - preto e color compatível e original
100	Toners para impressora - preto e color compatível e original
200	Refil para impressora - preto e color compatível e original
100	Impressoras Laser, Matricial, Termica e Multifuncional.
200	Teclado em geral
500	Mouse e Pad em geral
800	Monitores
250	Memoria ddr3 e ddr4
950	Gabinete para computador
780	Fones de ouvidos computadores e celulares
530	Fontes de computadores e Notebooks
130	Estabilizadores
250	Nobreaks
120	Gabinete ATX , Mini e torre
150	HDDs (hard disk)
50	SSD Sata 2 e 3
200	Pendrive e cartão de memória
115	Placa Mae e Processador
100	Roteadores e Hubs
105	Computadores e Notebooks

Declaramos ainda que a empresa fornecedora sempre entregou os produtos com qualidade satisfatória, cumprindo prazos, quantidades, assistência técnica e assistência de pós-venda, estando em nossa concepção totalmente habilitada para o fornecimento dos produtos e serviços acima mencionados.

Por ser verdade firmamos o presente,

Goiânia, 24 de MARÇO de 2023

12.715.628/0001-52

ROGELIO SOUZA CAMPOS

Rua Miguel do Carmo s/nº Qd. 15
Lt. 29 - Setor Rio Formoso
CEP: 74.370-025

GOIÂNIA - GO

Avenida Miguel do Carmo , Qd. 15, Lt. 29 St. Rio Formoso, Goiânia Goiás

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 13/04/2023 11:42:29

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA**
CNPJ: **01.698.836/0001-74**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Sócio / Administrador

Dados do Fornecedor

CNPJ: 01.698.836/0001-74 DUNS®: 914955075
Razão Social: TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA
Nome Fantasia: TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA
Situação do Fornecedor: Credenciado

Sócios / Administradores

Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: 599.448.031-20 Participação Societária: 100,00%
Nome: ADENILSON FURTADO CARRILHO
Número do Documento: 3283475 Órgão Expedidor: DGPC-GO
Data de Expedição: 21/05/2013 Data de Nascimento: 27/04/1976
Filiação Materna: MARIA APARECIDA DE BRITO CARRILHO
Estado Civil: Casado(a)

Dados do Cônjuge/Companheiro(a)

Estrangeiro: Não
Nome: DJANE QUEIROZ DO NASCIMENTO CARRILHO
Carteira de Identidade: Órgão Expedidor:
Data de Expedição:

CEP:

Endereço:

Município / UF:

Telefone:

E-mail:



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (13/04/2023 às 11:36) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 599.448.031-20.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6438.135F.C4FA.8575 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 13/04/2023 às 09:55:13

➤ Resultado por Fornecedor



FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE/PR

Pregão Nº 00045/2023 - (Lei Nº 14.133/2021)

RESULTADO POR FORNECEDOR

01.698.836/0001-74 - TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA						
Item	Descrição	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Critério de Valor (*)	Valor Unitário	Valor Global
1	Monitor Computador	Unidade	11	R\$ 12.173,2600	R\$ 854,5409	R\$ 9.399,9500
Marca: MULTI						
Fabricante: MULTI						
Modelo / Versão: MN801 24 POL						
Descrição Detalhada do Objeto Ofertado: 1.1. Aquisição de monitores de vídeo, nos termos das especificações abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. Monitor 21,5 polegadas (Display Port + HDMI) • Possuir ajuste de altura, inclinação e rotação (pivô / pivot), sem necessidade do uso de ferramentas; • Tipo LED, colorido; • Ter no mínimo as conexões: o 1x Display Port o 1x HDMI • Ter 21,5 polegadas ou mais; • Executar, no mínimo, a resolução de 1920x1080 pixels; • Alimentação: Fonte automática com tensão de entrada de ±100/127 a ±208/220 VAC, de 60Hz, sem o uso de conversores ou transformadores externos; • Cor predominante preta; • Acompanhar suporte/base, cabo de alimentação e de conexão de vídeo, bem como demais acessórios que sejam necessários para funcionamento; • Garantia: 1 ano						
Total do Fornecedor:						R\$ 9.399,9500
Valor Global da Ata:						R\$ 9.399,9500



Imprimir o Relatório

Voltar

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por EUGENIO DA SILVA em 10/05/2023 às 09:55:13



Prefeitura Municipal de Curitiba

Termo de Anexação de Arquivos

01-029453/2023

Nesta data juntamos ao presente, por anexação o(s) arquivo(s) eletrônico(s) abaixo relacionado(s), a fim de subsidiar a instrução processual.

15.1 - AVISO RESULTADO DE JULGAMENTO.PDF

Anexo comunicado.

Curitiba , 14 de abril de 2023 - 11:25:12

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:13



Aviso 13/04/2023 12:11:48

Informamos que a divulgação do resultado de julgamento deste certame se dará na data de hoje, 13 de abril de 2023, às 16:00 h, em virtude da conclusão dos procedimentos de julgamento. Por conseguinte, será, então, disponibilizado campo específico para, porventura, intenção de recursos.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:12

Fechar



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA : FEAS / FEASAJUR - JURIDICO

Prezados,

Encaminho processo para análise.

Respeitosamente,

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

16.1 - RELATORIO_DE_ADJUDICACAO_ASSINADO.PDF

Curitiba , 14 de abril de 2023 - 11:43:38

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:13



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Relatório de disputa

Encaminhamos o presente processo para análise e posicionamento jurídico com a finalidade de possibilitar a adjudicação e homologação pela Direção-Geral da Feas.

Pregão Eletrônico nº 45/2022.

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de monitores de vídeo.

Introdução: o compras.gov.br.

Trata-se de pregão realizado pela Feas na plataforma de compras públicas disponibilizada pelo Governo Federal (www.compras.gov.br). Essa plataforma é a mais utilizada no território nacional para compras públicas: consiste na mais avançada plataforma do ponto de vista do acompanhamento das inovações legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais; bem como, é a plataforma que o próprio Tribunal de Contas do Paraná utiliza em seus pregões e **recomenda** seu uso a seus jurisdicionados¹. Ademais, a plataforma é totalmente gratuita para a Feas e para os licitantes. Todos estes tópicos foram levados em conta quando da escolha da plataforma de compras em questão para a realização das licitações da Feas: gratuidade, número de licitantes cadastrados – o que gera economicidade, recomendação do TCE/PR para seu uso, bem como avançado acompanhamento das inovações legais, doutrinárias e jurisprudenciais.

O edital da Feas foi preparado com base nas orientações e minutas da AGU para a nova lei de licitações. Portanto, claramente anuncia-se que a Feas não realiza neste certame nada extraordinário ou incomum, muito pelo contrário, está alinhada aos mais avançados e respeitados órgãos nacionais, no que diz respeito a compras públicas por meio de pregão eletrônico. Ademais, o processo respeita integralmente os decretos municipais 382/2023 e 385/2023 como será demonstrado.

¹ <https://www1.tce.pr.gov.br/noticias/tce-pr-orienta-jurisdicionados-a-realizar-pregao-eletronico-em-vez-de-presencial/7688/N>



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Relatório.

Em 17/02 a Ajur/Feas emitiu o parecer 63/23 aprovando o edital de embasamento deste pregão eletrônico e opinando favoravelmente ao prosseguimento do processo (índice SUP 8.1)²: opinou pela legalidade do intento do ponto de vista jurídico-formal.

Em 22/03 o Diretor-Geral da Feas tomou ciência deste parecer e autorizou a publicação do Edital de Embasamento, bem como disponibilizou sua assinatura (índice SUP 9.1 e 11.1)³.

Em 23/03 o aviso de licitação deste Pregão Eletrônico foi publicado em DOM, jornal de grande circulação e no PNCP, e obedecendo aos prazos legais, estipulou-se um prazo de onze dias úteis para o recebimento de propostas, ou seja, 10/04 (índice SUP 13.1 a 13.5)⁴.

O edital de embasamento encontra-se no índice SUP 11.1.

Não houve questionamentos ao edital, de sorte que no dia marcado deu-se a abertura da sessão pública. A ata da sessão encontra-se, em sua totalidade, no índice SUP 14.1. A documentação de proposta e habilitação foi enviada via plataforma pelas empresas e avaliada pela Feas (índice SUP 14.2.)⁵.

A partir da documentação anexada pelas empresas, o setor técnico da Feas realizou e análise dos serviços e constatou a adequabilidade das propostas (índice SUP 14.2.)⁶.

Após a análise das propostas, passamos à verificação da documentação de habilitação das empresas com propostas classificadas (índice SUP 14.3 a 14.10)⁷.

² Obedecendo assim ao decreto municipal 382/2023, art. 39, II.

³ Obedecendo assim ao decreto municipal 382/2023, art. 39, V.

⁴ Obedecendo assim ao decreto municipal 385/2023, Capítulo V.

⁵ Esta documentação está disponível para ampla e irrestrita consulta no portal compras.gov.br, no seguinte link: http://comprasnet.gov.br/livre/Pregao/ata2.asp?co_no_uasg=928285&numprp=452023&codigoModalidade=5&f_lstSrp=&f_Uf=&f_numPrp=452023&f_codU-asg=928285&f_codMod=5&f_tpPregao=E&f_lstICMS=&f_dtAberturaIni=&f_dtAberturaFim=

⁶ Dessa forma, obedecemos peremptória e seguramente o decreto municipal 385/2023, art. 53, I, e art. 54.

⁷ Obedecendo assim ao decreto municipal 385/2023, art. 54, § 3º e em seu capítulo XVII.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Desta forma, após classificação técnica das propostas, bem como análise da habilitação das empresas, marcamos a data para divulgação do resultado de julgamento deste certame para o dia 13/04 conforme informado no chat da sessão (índice SUP 14.1, pg 9 do pdf), bem como em comunicado (índice SUP 15.1)⁸. Importante salientar que o sistema compras.gov.br envia um e-mail a todos os participantes informando a data de reabertura da sessão pública em que ocorrerá a divulgação do resultado de julgamento.

E no dia e hora marcados divulgamos o resultado de julgamento do certame, informando motivadamente no sistema cada decisão tomada: este resultado está disponível nos campos “eventos do item” e “eventos do pregão” na ata da sessão. Em uma palavra: todas as informações sobre o julgamento das propostas, das habilitações, da análise de amostras, entre outros, enfim, todas as informações acerca do julgamento estão clara e precisamente disponíveis à ampla e irrestrita consulta⁹.

Neste sentido, em sendo dado o resultado de julgamento do pregão em 13/04 às 16:00 h o prazo para registro de intenção de recurso seria até as 16:20 h do mesmo dia¹⁰. Não houve intenções de recursos.

Algumas estatísticas deste pregão:

- 1 item licitado; 1 item com vencedor declarado; 100% de sucesso nas aquisições.
- Os itens foram adquiridos dentro do preço proposto, conforme detalhamento abaixo:

Valor inicial do pre- gão	Valor dos itens de- sertos/fracassados	Valor inicial dos itens com sucesso	Valor vencedor	Valor de economia
R\$ 12.173,26	R\$ 0,00	R\$ 12.173,26	R\$ 9.399,94	R\$ 2.773,32

⁸ Obedecendo assim ao decreto municipal 385/2023, art. 52.

⁹ Obedecendo assim ao decreto municipal 385/2023, capítulo XVI.

¹⁰ Cf. Decreto Municipal 385/2023, art. 117.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Diante do exposto reiteramos que todos os atos praticados respeitaram a legalidade e os princípios que regem as contratações públicas, seja a publicidade, seja o interregno para recebimento de propostas e sessão de lances, seja a vinculação ao instrumento convocatório, seja a previsibilidade das ações e a isonomia. Ademais, a vantajosidade das contratações fica evidente na medida em que os preços respeitaram o estipulado em edital, ou melhor, tiveram alguma redução.

Permanecemos à disposição para eventuais dúvidas e esclarecimentos que se fizerem necessários.

Curitiba, 14 de abril de 2023

Respeitosamente,

Juliano Eugenio da Silva
Pregoeiro

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 2023/05/02 09:55:13



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASAJUR - JURIDICO

PARA : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Encaminhado parecer

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

17.1 - PARECER 139-2023- HOMOLOGAÇÃO - REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURO FORNECIMENTO DE MONITORES

Curitiba , 20 de abril de 2023 - 13:36:11

Assinado eletronicamente por JULIANA MARA MAIA DE ANDRADE VIEIRA - 7194 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 20/04/2023 às 09:55:13



Assessoria Jurídica
Rua Cap. Argemiro Monteiro
Wanderley, 161, 3º andar.
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.312-170
www.feaes.curitiba.pr.gov.br

Protocolo: P.A. nº 026/2023
Interessada: FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE - FEAS
Parecer nº: 139/2023 - AJUR

Trata-se de processo licitatório instaurado na modalidade de Pregão Eletrônico, para aquisição de monitores de vídeo, para unidades da FEAS, conforme termo de referência de fls. 25/42.

Às fls. 148/202 consta edital de embasamento do certame e seus anexos, sendo este descritivo técnico dos itens, condições gerais para cotação, listagem dos documentos exigidos para classificação da empresa.

Às fls. 205/206 consta aviso de licitação do processo publicado em DOM e em veículo de grande circulação.

Às fls. 214/223 consta Ata de Realização do Pregão; às fls. 224/225 consta análise de proposta pelo setor solicitante; às fls. 226/235 constam cotações de licitantes, bem como documentações de habilitação ou inabilitação de licitantes; à fl. 236 consta o Resultado por Fornecedor; às fls. 240/243 consta o Relatório de Disputa, o qual aponta que de um item licitado, um item foi adjudicado, resultando em 100% (cem por cento) de sucesso nas aquisições.

Portanto, verifico que o certame observou as formalidades legais, veiculando-se o edital dentro do prazo mínimo de 9 (nove) dias úteis para apresentação de propostas, atendendo às diretrizes e normas do Decreto Municipal 1.235/2003 e 610/2019, entendendo, portanto, que inexistente óbice à homologação do Pregão Eletrônico nº 045/2023.

É o parecer.

Curitiba, 17 de abril de 2023.

PEDRO HENRIQUE IGINO BORGES
ASSESSOR JURÍDICO - FEAS



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA : FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

Prezados,

Encaminho documento para recolhimento de assinaturas.

Respeitosamente,

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

18.1 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.PDF

Curitiba , 24 de abril de 2023 - 08:55:45

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:14



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Termo de adjudicação e homologação

Ao Pregoeiro – Feas.

Ref.: Processo Administrativo nº: 26/2023.

Pregão Eletrônico nº: 45/2023.

De acordo com a decisão do Pregoeiro e parecer jurídico nº 139/2023 – Ajur, adjudico e homologo o Pregão Eletrônico nº: 45/2023, cujo objeto é: “aquisição de monitores de vídeo”, conforme ata de julgamento em favor da empresa:

01.698.836/0001-74 – TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA

Total do Fornecedor: R\$ 9.399,95.

Valor total do Pregão Eletrônico nº: 45/2023 – R\$ 9.399,95.

Para as demais providências, respeitando as formalidades legais.

Curitiba, 24 de abril de 2023.

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral Feas



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

PARA : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Segue documento assinado.

Curitiba , 24 de abril de 2023 - 15:03:23

Assinado eletronicamente por Eduardo Augusto Lous - 3412 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:14



Prefeitura Municipal de Curitiba

Termo de Anexação de Arquivos

01-029453/2023

Nesta data juntamos ao presente, por anexação o(s) arquivo(s) eletrônico(s) abaixo relacionado(s), a fim de subsidiar a instrução processual.

20.1 - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO EM DOM.PDF

Anexo publicação em diário oficial da adjudicação e homologação.

Curitiba , 26 de abril de 2023 - 08:18:24

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:14



CURITIBA

Nº 76 - ANO XII

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2023

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



Fundação Cultural de Curitiba, 25 de abril de 2023.

Ana Cristina de Castro : Presidente da Fundação Cultural de Curitiba

FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO À SAÚDE - FEAS

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO

A Fundação Estatal De Atenção À Saúde torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, sob a modalidade Pregão Eletrônico, com as seguintes características: Processo Administrativo nº: 59/2023 (01-079130). Pregão Eletrônico nº: 52/2023. Objeto: Registro de preços para futuro fornecimento de utensílios e paletes.

Processo Administrativo nº: 59/2023 (01-079130).

Pregão Eletrônico nº: 52/2023.

Pregão destinado à participação exclusiva de ME/EPP

Objeto: Registro de preços para futuro fornecimento de utensílios e paletes.

Valor total estimado do pregão: R\$ 22.097,70.

Data/horário para envio de proposta(s): a partir do dia 25/04/2023 às 08:00 h até o dia 10/05/2023 às 08:40 h.

Início da sessão pública de disputa: 10/05/2023 – a partir das 08:40 h.

As propostas e lances deverão ser encaminhados via internet respeitando a data e horários determinados acima. O portal em que ocorrerá a disputa é o www.compras.gov.br.

O edital está à disposição dos interessados no portal de compras da Feas: www.compras.gov.br bem como no site da Feas: www.feas.curitiba.pr.gov.br.

Somente poderão participar do envio de lances as empresas que estiverem devidamente cadastradas no portal de compras da Feas (www.compras.gov.br) e que apresentarem propostas.

Informações pelos fones: (41) 3316-5927; 3316-5967.

Fundação Estatal de Atenção à Saúde, 20 de abril de 2023.

Sezifredo Paulo Alves Paz : Diretor Geral

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Administrativo nº: 26/2023.

Pregão Eletrônico nº: 45/2023.

Objeto: Aquisição de monitores de vídeo.

De acordo com a decisão do Pregoeiro e parecer jurídico nº 139/2023 – Ajur, adjudico e homologo o Pregão Eletrônico nº: 45/2023, cujo objeto é: “aquisição de monitores de vídeo”, conforme ata de julgamento em favor da empresa:

01.698.836/0001-74 – TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA.

Total do Fornecedor: R\$ 9.399,95.



CURITIBA

Nº 76 - ANO XII

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 25 DE ABRIL DE 2023

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



Valor total do Pregão Eletrônico nº: 45/2023 – R\$ 9.399,95.
Para as demais providências, respeitando as formalidades legais.
Fundação Estatal de Atenção à Saúde, 24 de abril de 2023.
Sezifredo Paulo Alves Paz : Diretor Geral

Poder Legislativo
CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA - CMC

PORTARIA Nº 80

Concede férias no mês de Março de 2023 aos servidores do Quadro de Pessoal Permanente da Câmara Municipal de Curitiba

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA, CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

CONCEDER férias aos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal Permanente da Câmara Municipal de Curitiba no mês de Março de 2023, nos termos do contido nos Arts. 81 a 85 do Estatuto dos Servidores da Câmara Municipal de Curitiba, Lei Municipal no 15.591, de 22 de janeiro de 2020, conforme tabela a seguir:

Servidor	Data da fruição	Parcela da fruição	Período aquisitivo
2091 – FERNANDO AUGUSTO MARQUES DAS PORTAS	05/03/2023 A 10/03/2023 (6 dias)	1º Parcela	01/03/2022 a 28/02/2023
2148 – GILMAR CORRÊA	20/03/2023 a 06/04/2023 (18 dias)	1º Parcela	16/11/2020 a 15/11/2021
2153 - LUIS HENRIQUE CONTIN MICHETA	06/03/2023 a 15/03/2023 (10 dias)	3º Parcela	16/11/2020 a 15/11/2021
2157 - MARIA INÊS WRUBEL SFENDRYCH	01/03/2023 a 15/03/2023 (15 dias)	3º Parcela	22/04/2020 a 21/04/2021
2160 – LUIZ FRANCISCO ROSSETIM	27/03/2023 a 31/03/2023 (5 dias)	1º Parcela	23/11/2021 a 22/11/2022
2161 - RODOLFO GUGELMIN NETO	22/03/2023 a 05/04/2023 (15 dias)	2º Parcela	23/11/2021 a 22/11/2022
2181 – ANTONIO CARLOS PERON JUNIOR	27/03/2023 a 31/03/2023 (5 dias)	1º Parcela	12/07/2021 a 11/07/2022
2183 – DAYANA FRACARO	06/03/2023 a 16/03/2023 (11 dias)	2º Parcela	02/04/2019 a 01/04/2020



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA : FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

Prezados,

Encaminho contrato para recolhimento de assinaturas.

Respeitosamente,

Informamos ainda que, nesta data, anexamos aos autos o(s) seguinte(s) documento(s) e/ou link(s):

21.1 - CONTRATO_212023_TERABYTE_ASSINADO_ASSINADO_ASSINADO.PDF

Curitiba , 09 de maio de 2023 - 08:36:36

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:14



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Termo de Contrato

Contrato Administrativo nº 21/2023, que fazem entre si a Feas, e a empresa Terabyte Soluções Em Informática Ltda.

Aos vinte e seis dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, presentes de um lado a Fundação Estatal De Atenção à Saúde, doravante denominada contratante, inscrita no CNPJ sob n.º 14.814.139/0001-83, neste ato representada pelo Diretor Geral, Sezifredo Paulo Alves Paz, CPF/MF 366.713.809-10, e pelo Diretor Administrativo Financeiro Olavo Gasparin, CPF/MF n.º 477.837.539-49, assistidos pelo Assessor Jurídico Pedro Henrique Igino Borges, OAB/PR n.º 50.529, e de outro lado a empresa Terabyte Soluções Em Informática Ltda., com sede à Avenida Interligação Qd. 02, Lt.18, Sl. 01 Setor - Santa Rita VII - Goiânia -GO CEP 74.370-574, inscrita no CNPJ sob o nº 01.698.836/0001-74, neste ato representada por Adenilson Furtado Carrilho, inscrito no CPF sob o nº 599.448.031-20 tendo em vista o que consta no Processo nº 01-029453/2023 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *pregão eletrônico n.º 45/2023*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de monitores de vídeo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência que embasou a contratação;

1.3.2. O Edital de Licitação;

1.3.3. A Proposta do Contratado; e

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses (prazo de garantia do produto), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

1.4.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

1.5. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

1.6. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

1.7. PREÇO

1.7.1. O valor total da contratação é de R\$ 9.399,94.

1.7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.7.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

1.8. FORMA DE PAGAMENTO

1.8.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

1.8.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

1.9. PRAZO DE PAGAMENTO

1.9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

1.9.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

1.9.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

1.10. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1.10.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

1.10.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

1.10.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

1.10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

1.10.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

1.10.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

1.10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

1.10.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

1.10.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

1.10.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

1.10.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.10.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

1.10.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE (art. 92, V)

- 1.11. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 10/04/2023 (*data do pregão*).
- 1.12. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- 1.13. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 1.14. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 1.15. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 1.16. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 1.17. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 1.18. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 1.19. São obrigações do Contratante:
 - 1.19.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 1.19.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 1.19.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 1.19.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 1.19.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;
 - 1.19.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;
 - 1.19.7. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 1.19.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

boa execução do ajuste.

1.19.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 30 dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

1.20. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

1.21. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

1.21.1. manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

1.21.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

1.21.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

1.21.3. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.21.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

1.21.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

1.21.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

1.21.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de

**Feas**

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

Débitos Trabalhistas – CNDT;

1.21.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

1.21.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

1.21.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

1.21.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

1.21.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

1.21.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

1.21.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

1.21.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

1.21.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

1.21.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

1.21.18. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

1.21.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

1.21.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

1.21.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

1.21.22. Caso necessário, realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) local(is) indicados no termo de referência;

1.21.23. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4 A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10 Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10.1 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

1.22. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

1.23. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- s) der causa à inexecução parcial do contrato;
- t) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- u) der causa à inexecução total do contrato;
- v) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- w) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- x) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- y) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- z) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- aa) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- bb) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- cc) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- dd) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

1.24. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

iv) **Multa:**

- (1) moratória de 1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 dias;
- (2) compensatória de 10% sobre o valor remanescente do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

1.25. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

1.26. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

1.26.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

1.26.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.26.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

1.27. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.28. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

1.29. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

1.30. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

1.31. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

1.32. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

1.33. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

1.34. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma físico-financeiro.

1.34.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

1.1. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

1.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

1.1.1.1. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

1.1.1.1.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

1.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- 1.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 1.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 1.2.3. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

1.3. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados em contrato de gestão, celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas, bem como outras receitas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

1.4. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e



Feas

R. Cap. Argemiro Monteiro Wanderley, 161
3º andar
Capão Raso – Curitiba/PR
CEP 81.130-160
(41) 3316-5927
www.feas.curitiba.pr.gov.br

princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

1.5. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

1.7. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

1.8. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

1.9. É eleito o foro da cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Curitiba, 26 de abril de 2023.

Sezifredo Paulo Alves Paz
Diretor-Geral Feas

Terabyte Soluções Em Informática Ltda.
Contratada

Olavo Gasparin
Diretor Administrativo-Financeiro

Pedro Henrique Igino Borges
Assessor Jurídico Feas

1º testemunha

2º testemunha



Prefeitura Municipal de Curitiba

Descrição do Trâmite - Informação

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASDIR - DIREÇÃO/FUND ESTAT ATENÇÃO ESPEC A SAUD

PARA : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Segue documento assinado.

Curitiba , 09 de maio de 2023 - 08:43:08

Assinado eletronicamente por Eduardo Augusto Lous - 3412 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:14



Prefeitura Municipal de Curitiba

Termo de Anexação de Arquivos

01-029453/2023

Nesta data juntamos ao presente, por anexação o(s) arquivo(s) eletrônico(s) abaixo relacionado(s), a fim de subsidiar a instrução processual.

23.1 - CONTRATO_NO_DOM.PDF

23.2 - CONTRATO_NO_PNCP.PDF

Anexo publicações do contrato.

Curitiba , 10 de maio de 2023 - 09:45:42

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:14



CURITIBA

Nº 85 - ANO XII

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 9 DE MAIO DE 2023

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO ATOS DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



CONTRATOS - AVISO DE PUBLICAÇÃO Nº 50

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde torna público Extratos de Contratos, Convênios, Acordos e outros Ajustes (Contrato 21/2023: aquisição de monitores de vídeo para PC).

A Fundação Estatal de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições constantes na Lei nº 13.663/10, de 21 de dezembro de 2010 e Decreto nº 2.028, de 05 de janeiro de 2012, resolve:

TORNAR público o Extrato de Contrato constante abaixo:

Partes: Fundação Estatal de Atenção à Saúde – Feas e a empresa Terabyte Soluções Em Informática Ltda.

Objeto: Contrato Administrativo n.º 21/2023. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para aquisição de monitores de vídeo, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Data: 26/04/2023.

Prazo de vigência: 12 meses.

Valor total: R\$ 9.399,94.

Previsão Financeira: As despesas decorrentes da aquisição dos produtos correrão por conta de recursos próprios da Feas provenientes de contrato de gestão, celebrado com o município de Curitiba, nos termos do disposto no artigo 5º, inciso I, da lei municipal nº 13.663/2010, para atender as metas definidas.

Processo administrativo n.º 01-029453/2023 (26/2023 – Feas).

Pregão eletrônico n.º 45/2023.

Fundação Estatal de Atenção à Saúde, 8 de maio de 2023.

Sezifredo Paulo Alves Paz : Diretor Geral

Convênios

FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL - FAS

CONVÊNIOS - AVISO DE PUBLICAÇÃO Nº 96

Torna Público o Extrato de Aditivo ao Termo de Acordo de Cooperação nº 5908/01.

A FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL, DE ACORDO COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 1067/2016 e suas alterações.

RESOLVE:

Tornar público o Extrato de Aditivo ao Termo de Acordo de Cooperação, Acordos e outros Ajustes.

EXTRATO DE ADITIVO DO TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 5908/01

Protocolo: 35-000036/2023

Partes: FUNDAÇÃO DE AÇÃO SOCIAL – FAS e a AÇÃO SOCIAL DO PARANÁ.

Assinatura: Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três.

Objeto: Por acordo entre os parceiros e com fulcro no caput do artigo 55 da Lei Federal nº 13.019/2014, fica prorrogada a vigência do Termo de Acordo de Cooperação pelo prazo de mais 24 (vinte e quatro) meses, de 13/05/2023 até 12/05/2025, para execução do Plano de Trabalho “**PROMOVENDO QUALIDADE DE VIDA**”.

Contrato nº 22/2023

Última atualização 09/05/2023

Local: Curitiba/PR **Órgão:** ESTADO DO PARANA **Unidade executora:** 928285 - FUNDAÇÃO ESTATAL DE ATENÇÃO A SAÚDE/PR

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 26.2023 **Categoria do Processo:** Compras

Data de divulgação no PNCP: 09/05/2023 **Data de assinatura:** 26/04/2023 **Vigência:** de 26/04/2023 a 26/04/2024

Id contrato PNCP: 76416940000128-2-000132/2023 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** [76416940000128-1-000213/2023](https://pncp.gov.br/app/contratos/76416940000128/2023/132)

Objeto:

Contratação de empresa para aquisição de monitores de video para PC, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

VALOR CONTRATADO

R\$ 9.399,94

FORNECEDOR:

Nome/Razão social: TERABYTE SOLUCOES EM INFORMATICA LTDA **CNPJ/CPF:** 01.698.836/0001-74 **Tipo:** Pessoa jurídica

Arquivos

Histórico

Nome	Data	Tipo	Baixar
Contratoassinado.pdf	09/05/2023	Contrato	Baixar

Exibir: 1-1 de 1 itens

Página

< >

[Voltar](#)



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

<https://portaldeservicos.economia.gov.br>

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS



Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso**.



Prefeitura Municipal de Curitiba

Termo de Anexação de Arquivos

01-029453/2023

Nesta data juntamos ao presente, por anexação o(s) arquivo(s) eletrônico(s) abaixo relacionado(s), a fim de subsidiar a instrução processual.

24.1 - ENVIO DO CONTRATO À EMPRESA.PDF

Anexo envio do contrato ao fornecedor.

Curitiba , 10 de maio de 2023 - 09:53:58

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:14

Zimbra

julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br

Re: Assinatura contratual Feas - PE 45/2023

De : Juliano Eugenio da Silva
<julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>

qua., 10 de mai. de 2023 09:51

📎 5 anexos

Assunto : Re: Assinatura contratual Feas - PE 45/2023

Para : adenilsoncarrilho
<adenilsoncarrilho@gmail.com>

Cc : wilhanessantos@hotmail.com

Olá,

Segue contrato assinado por todas as partes, bem como respectivas publicações.

Paz e Bem,



Juliano da Silva
Presidente CPL - Pregoeiro
Comissão Permanente de Licitações
(41) 3316-5728 |feas.curitiba.pr.gov.br

De: "adenilsoncarrilho" <adenilsoncarrilho@gmail.com>

Para: "Juliano Eugenio da Silva" <julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br>,
wilhanessantos@hotmail.com

Enviadas: Segunda-feira, 24 de abril de 2023 17:43:59

Assunto: Re: Assinatura contratual Feas - PE 45/2023

Segue contrato em anexo assinado!

Em seg., 24 de abr. de 2023 às 15:27, Juliano Eugenio da Silva

<julianoesilva@feas.curitiba.pr.gov.br> escreveu:

Prezados,

Segue contrato, referente ao PE 45/2023, para recolhimento de assinatura digital.

Solicito que o contrato seja devolvido assinado neste e-mail o mais rápido possível.

Paz e Bem,



Juliano da Silva
Presidente CPL - Pregoeiro
Comissão Permanente de Licitações
(41) 3316-5728 |feas.curitiba.pr.gov.br

--

Att;

Adenilson

Departamento Comercial.

SAC 62 3575-6399

WhatsApp 62 9 9924-1609

E-mail: vendas@terabytesinformatica.com.br Skype: vendasterabyte

Site: <https://www.terabytesinformatica.com.br>

Antes de imprimir pense em sua responsabilidade com o Meio Ambiente!



**Imagem
inline 1**



**Imagem
inline 2**



Juliano da Silva
Presidente do Paraná
Conselho Nacional de Justiça
14/05/2023 (secreta@pr.gov.br)

Modelo de assinatura e-mail Feas.png

29 KB



Contrato assinado.pdf

679 KB



23.1_-_Contrato_no_DOM.pdf

43 KB



23.1_-_Contrato_no_PNCP.pdf

163 KB

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:14



Prefeitura Municipal de Curitiba
Descrição do Trâmite - Encerramento

Protocolo: 01-029453/2023

DE : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

PARA : FEAS / FEASCPL - LICITAÇÕES

Procedido o encerramento do presente protocolo.

Curitiba , 10 de maio de 2023 - 09:54:34

Assinado eletronicamente por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - 277 com fundamento no art. 6º, §1º do Decreto Municipal nº 848 de 15 de agosto de 2018.

Exportado do Sistema Único de Protocolos - 01-029453/2023 - por JULIANO EUGÊNIO DA SILVA - Matrícula 277 em 10/05/2023 às 09:55:14